



+55 62 3280 3011
www.dcaauditores.com.br

Atuando no mercado brasileiro
há mais de **30 Anos**
"Qualidade e Segurança no que faz"

RELATÓRIO DCA CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES

Nº DCA/3.2042-20/AUD/REL

**CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E
DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA - RIOTERRA**

PORTO VELHO - RO

CNPJ: 03.721.311/0001-38

**Demonstrações Financeiras
Do Exercício Encerrado em 31/12/2019**

Nº DCA/3.2042-20/AUD/REL



+55 62 3280 3011
www.dcaauditores.com.br

Atuando no mercado brasileiro
o maior
de **30** Anos
"Qualidade e Segurança no que faz"

Relatório DCA /3.2042-20/AUD/REL
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia -
RIOTERRA
Período: janeiro a dezembro de 2019
Página 2 de 73

DCA/3.2042-20/AUD-REL

Aparecida de Goiânia-GO, 05 de junho de 2020.

Aos Administradores do
**Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – CES
RIOTERRA**

Rua Padre Chiquinho nº 1651 – Bairro São João Bosco
76.803-786 – Porto Velho – RO – Brasil

Prezados Senhores,

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S, inscrita no CNPJ sob nº 26.678.045/0001-03, CRC-GO 000757/O-6 e CVM 6971, vem pelo presente, atendendo as cláusulas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta do Contrato nº 01/2019/RIOTERRA/PLANTAR, apresentar-lhes a auditoria, relativo ao **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES**, correspondente à auditoria realizada na entidade, com abrangência nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos a vossa disposição para prestar esclarecimento que se fizer necessário.

Atenciosamente,

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000.757/O-6
CNPJ 26.678.045/0001-03 – CVM 6971

Thiago Silva Marinho
Sócio, CRC-GO-0014432/O-5

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	6
II – EXTENSÃO DA AUDITORIA.....	7
III - DADOS GERAIS / GENERALIDADES.....	8
III.1 - Entidade Jurídica - Configuração Estatutária.....	8
III.2 – Dos Aspectos relacionados com o Regimento Interno	11
III.3 – Dos Aspectos relacionados com o Código de Ética	12
III.4 – Dos Aspectos relacionados com o Gerenciamento de Riscos	14
III.5 – Dos Aspectos relacionados com o Gerenciamento Financeiro, destaque para os itens 1,2 e 3.	19
III.6 – Do processo de Compliance envolvendo fornecedores e prestadores de bens e serviços	24
III.7 – Do Organograma - CES RIOTERRA.....	24
III.8 – Dos representantes Legais do CES RIOTERRA	25
III.9 – Das Contas Bancárias escrituradas	25
III.10 – Dos Convênios firmados pela entidade que movimentaram recursos em 2019	26
III.10.1 – Dos convênios firmados com abertura de contas bancárias para movimentação de recursos sem a característica de projetos.....	26
III.10.2 – Dos convênios firmados com abertura de contas bancárias para movimentação de recursos com a característica de projetos.....	26
IV – DO ENTENDIMENTO NECESSÁRIO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS.....	29
V - REPRODUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS.....	30
VI – DESCRIÇÃO DOS COMENTÁRIOS RELATIVO AO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA E RECOMENDAÇÕES.....	31
VI.1 – Follow-up do relatório da auditoria do ano anterior	31
VI.1.1 – Das análises sobre o cumprimento das questões institucionais e Estatutárias.....	31

VI.1.2 – Dos aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias	32
VI.1.2.1 – Dos pontos sobre a Gestão de Pessoal.....	32
VI.1.2.2 – Das verificações sobre a regularidade por meio de certidões.....	36
VI.1.3 – Do cumprimento sobre a implementação do Controle Patrimonial e dos Testes de Recuperabilidade dos Ativos.....	36
VI.1.4 – Das análises relacionadas às CONTAS DO ATIVO	38
VI.1.4.1 – Das análises nas disponibilidades - 1101	39
VI.1.4.2 – Das análises nas Contas a Receber - 110201	40
VI.1.4.3 – Das análises nos Impostos a Recuperar - 110202.....	40
VI.1.4.4 – Das análises nos Adiantamentos a Fornecedores - 110204.....	41
VI.1.4.5 – Das análises nas contas do imobilizado - 1301	42
VI.1.5 – Das análises relacionadas às CONTAS DO PASSIVO	43
VI.1.5.1 – Das análises nas contas dos impostos e contribuições a pagar – 210101 ...	43
VI.1.5.2 – Das análises nas contas de Recursos de Convênios a Aplicar – 2104.....	43
VI.1.5.3 – Das análises nas contas de Empréstimos a pagar – 2105	44
VI.1.5.4 – Das análises nas contas do Patrimônio Social – 2301.....	45
VI.1.6 – Das análises relacionadas às CONTAS DE RESULTADO	45
VI.1.7 – Da falta de segregação das contas em Recursos com e sem Restrição, nos termos da ITG-2002 (R1) de 21/08/2015.....	52
VI.1.8 – Dos testes realizados em cumprimento às Provisões sobre ações Passivas.....	53
VI.1.9 – Dos comentários sobre a situação financeira, patrimonial e econômica, conforme Demonstrações Financeiras de 31/12/2019	54
VI.1.10 – Dos aspectos relacionados às verificações nos controles internos.....	55
VI.1.10.1 – Dos departamentos analisados.....	55
VI.1.10.2 – Dos equipamentos para segurança e armazenamento de dados	58
VI.2 – DOS COMENTÁRIOS E OCORRÊNCIAS DO PERÍODO AUDITADO.....	59
VI.2.1 – Dos aspectos relacionados ao cumprimento estatutário no que tange às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.....	59
VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
VIII – ANEXO	62



+55 62 3280 3011
www.dcaauditores.com.br

Atuando no mercado brasileiro
o mais
de **30** Anos
"Qualidade e Segurança no que faz"

Relatório DCA /3.2042-20/AUD/REL
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia -
RIOTERRA
Período: janeiro a dezembro de 2019
Página 5 de 73

VIII.1 – Anexo I – Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do período findo em 31/12/2019	62
---	-----------

I - INTRODUÇÃO

A auditoria realizada compreendeu a elaboração de um relatório no qual são efetuadas observações práticas e aspectos contábeis, financeiros e tributários abrangendo também a parte documental, recursos humanos, política de integridade e segurança de informação, análise das operações registradas na movimentação financeira do período findo em 31/12/2019, bem como os aspectos organizacionais e de controle interno.

Os trabalhos tiveram por escopo a verificação, por meio de testes, por amostragem, dos registros realizados e dos controles aplicados no processo administrativo e operacional, visando mensurar sua adequação e segurança, respectivamente, tendo sido executado em duas etapas, sendo a primeira na sede da entidade, em Porto Velho – RONDONIA e a segunda no nosso escritório em Aparecida de Goiânia – GO, com revisão de todo o levantamento in loco e elaboração deste relatório diagnóstico.

Nossos exames foram executados de acordo com as normas brasileiras de auditoria editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com observância, ainda, das orientações técnicas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e outros organismos que regulamentam a atividade da entidade. Assim, foi analisada a idoneidade dos documentos probantes das operações realizadas, a adequação dos procedimentos contábeis adotados, frente às normas brasileiras de contabilidade, bem como a observância da legislação aplicável vigente.

O exame da movimentação financeira ao incluir o estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos, que teve por finalidade auxiliar os auditores na determinação da extensão e oportunidade dos testes a serem aplicados, não revelaria, necessariamente, todas as deficiências dos sistemas, uma vez que foi baseada em testes seletivos dos registros contábeis e dados correlatos, conforme

prevê as normas de auditoria, bem como do suporte de documentos disponibilizados.

Conforme poderá ser verificado ao longo deste relatório, o mesmo contém oito partes a saber: I – Introdução; II – Extensão dos trabalhos de auditoria; III – Dados Gerais/Generalidades; IV – Do entendimento necessário dos Controles Internos; V – Reprodução das Demonstrações Financeiras; VI – Descrição dos Comentários Relativo ao Relatório Circunstanciado de Ocorrência e Recomendações; VII – Considerações Finais; e, VIII – Anexo

No próximo item serão feitos comentários sobre a extensão dos trabalhos de auditoria realizados.

II – EXTENSÃO DA AUDITORIA

Como mencionado no item anterior, o presente trabalho compreendeu a elaboração de um diagnóstico no qual são efetuadas observações práticas e aspectos contábeis, financeiros e tributários abrangendo também a parte documental, recursos humanos, política de integridade e segurança de informação, análise das operações registradas na movimentação financeira do período findo em 31/12/2019, bem como os aspectos organizacionais e de controle interno e teve como escopo, verificar através de testes por amostragens preconizados pelas normas de auditoria, se as operações realizadas e os controles aplicados no processo administrativo e financeiro da entidade são consistentes e se atendem a legislação brasileira, bem como se os gestores vêm administrando e direcionando os recursos recebidos, para a consecução dos objetivos institucionais, e por consequência, verificar se a escrituração contábil atende o que preceitua as normas brasileiras de contabilidade, harmonizadas internacionalmente.

Nossos trabalhos foram divididos em duas etapas, sendo que a primeira, desenvolvida, com análises prévias de documentos e informações do período já mencionado, onde aplicamos nossos testes para a obtenção de evidências

necessárias a fundamentação de nosso entendimento, abrangendo o relatório sobre a estrutura atual do processo de fechamento contábil, a partir das Demonstrações Financeiras findas em 31/12/2019, Diagnóstico Tributário, análise para apresentação de um relatório situacional, envolvendo os riscos inerentes, bem como os controles internos, culminando na segunda etapa, com a revisão de todos os trabalhos realizados e elaboração deste relatório circunstanciado de ocorrências e recomendações pertinentes no entendimento da auditoria externa.

No próximo item serão apresentados os dados gerais da entidade, com comentários sobre o seu Estatuto Social, Regimento Interno, Código de Ética e os Convênios firmados pela entidade, que serão objeto de comentários pela auditoria nos itens seguintes.

III - DADOS GERAIS / GENERALIDADES

III.1 - Entidade Jurídica - Configuração Estatutária

A entidade jurídica auditada Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia é uma Associação da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, instituída nos termos da Lei 9.790/99 (Artigos 36 e 37), designada pela sigla "CES RIOTERRA", pessoa jurídica de direito privado, entidade civil sem fins lucrativos e econômicos, apartidária, com prazo de duração indeterminado, situado à Rua Padre Chiquinho, 1651, Bairro São João Bosco – Porto Velho – RO, CEP: 76.803-786, constituído em 01/10/1999, CNPJ: 03.721.311/0001-38, fone: (69) 3223-6191, citando em seu Art. 2º que para proporcionar aos seus associados, não associados e população interessada, por meio do desenvolvimento de trinta ações, estatuto este disponível em <https://rioterra.org.br/pt/documentos/>, sendo que seu estatuto está registrado no 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos Cíveis das Pessoas Jurídicas de Porto Velho, sob n. 0005232, averbação n. 20, livro A-591, fls. 036-049 de 06/06/2016.

Segundo o parágrafo primeiro do Artigo 2º do seu estatuto, o CES RIOTERRA não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores,

eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e, os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

No seu artigo 3º é mencionado que ela observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, destacando no parágrafo único que as atividades serão desenvolvidas por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, realizados por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros.

Ao tratar dos Membros da Diretoria e dos Conselhos, o Art. 5º destaca que poderão ser remunerados, observados os seguintes critérios:

- a)** Quando houver possibilidade e/ou disponibilidade de recursos, poderá se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e, para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região correspondente a sua área de atuação;
- b)** Os dirigentes do CES RIOTERRA serão remunerados proporcionalmente aos aportes de recursos originados por meio dos termos de parceria e/ou cooperação, doações, contribuições, convênios; e,
- c)** Os membros da entidade serão contratados como consultores, assessores e demais formas de prestação de serviço, considerando as habilidades, áreas de atuação e de interesse, bem como para frequentar cursos de especializações, seminários que atendam à profissionalização do quadro funcional do CES RIOTERRA.

O Art. 8º estabelece que para cumprir suas finalidades, a Associação manterá unidades de prestação de serviços, tantas quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno.

Ao tratar dos Associados, o Art. 9º menciona que são considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos através da aprovação do Conselho Diretor, que observem as normas contidas no Estatuto e Regimento Interno e que mantenham em dia com as contribuições estipuladas pela Assembleia Geral. De acordo com documentos disponibilizados, foi constatado que o RIOTERRA conta com 55 associados.

Tratando da Estrutura Organizacional e da Administração, o Art. 13 informa que o CES RIOTERRA será administrado pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral e Conselho Diretor, este último composto pela Diretoria e pelo Conselho fiscal.

O Art. 14, ao tratar da Assembleia Geral, estabelece que a mesma será realizada anual e preferencialmente no dia 1º de outubro, com o objetivo de fazer um balanço de todas as atividades desenvolvidas no período e propor eventuais alterações, cabendo a ela, conforme inciso I do Art. 15, eleger e dar posse aos membros do Conselho Diretor, que compreende a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Já o Conselho Diretor, conforme preceitua o Art. 21, terão seus membros eleitos para um período de 03 (três) anos, podendo ser reeleito uma única vez, estando dividido em Diretoria e Conselho Fiscal. No Art. 23, menciona que a diretoria será constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e no Art. 24 menciona que a movimentação financeira da entidade será efetuada pelo Presidente em conjunto com o Tesoureiro. Cita ainda o Art. 27 que a diretoria se reunirá uma vez por mês.

O Conselho Fiscal, conforme Art. 32, é composto por um Presidente eleito e de dois membros efetivos. Ainda no § 1º deste artigo está estabelecido que em caso de ausência ou impedimento de quaisquer membros da Diretoria, será convocado um

membro do Conselho Fiscal e no § 2º determina que o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria. Também está descrito no § 1º que em caso de ausência ou impedimento de quaisquer membros da Diretoria, será convocado um membro do Conselho Fiscal e no § 2º cita que o mandato será coincidente com o mandato da Diretoria. No que tange a periodicidade de reuniões, o Art. 34 cita que ele se reunirá a maioria de seus membros ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Ao tratar do patrimônio da entidade, o Art. 34 cita que o mesmo será constituído por contribuições, doações e pelos bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública que venham a ser adquiridos.

No que tange às prestações de contas, o disciplinamento consta do Art. 38 e quanto a duração do exercício social, o Art. 39 regula que terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano, e no Art. 40 estabelece que ao final a diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da instituição, um balanço patrimonial, uma demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações dos recursos, encaminhando ao Conselho Fiscal para auditoria.

III.2 – Dos Aspectos relacionados com o Regimento Interno

No curso dos trabalhos, foi-nos disponibilizado dois exemplares do seu Regimento Interno, sendo aprovado em 07/02/2020.

Desta forma, a auditoria analisou as condições do Regimento atual, que está assim composto, iniciando com as disposições preliminares e da integração do contrato individual de trabalho, mencionando que o Regimento Interno será o instrumento administrativo e normativo de procedimentos operacionais, contratuais, éticos e comportamentais de seus membros, colaboradores, consultores, parceiros e fornecedores em suas relações, bem como que o mesmo integra o contrato individual de trabalho de cada colaborador, sendo obrigatório o seu cumprimento, constando ao final dois anexos, nos quais se obtém a ciência do colaborador, sendo

o Anexo 1 relativo ao Termo de Adesão e o Anexo II o Comunicado sobre o uso de Telefone Celular:

1. RECURSOS HUMANOS
 - 1.1 – Processos de Contratação;
 - 1.2 – Gestão de horários;
 - 1.3 – Falta dos funcionários – abonadas:
 - 1.3.1 – Das ausências legais;
 - 1.3.2 – Das faltas por motivo de doença;
 - 1.3.3 – Do repouso semanal remunerado.
 - 1.4 – Dos deveres, obrigações e responsabilidades do empregado;
 - 1.5 – Das viagens e deslocamentos a trabalho;
 - 1.6 – Das transferências de local de trabalho;
 - 1.7 – Estágio;
 - 1.8 – Bolsas de Pesquisa;
 - 1.9 – Serviços terceirizados (pessoas jurídicas)
2. GESTÃO DE CUSTOS FIXOS E BENS;
3. TRANSPORTE:
 - 3.1 – Abastecimentos;
 - 3.2 – Utilização de veículos;
 - 3.3 – Manutenção;
 - 3.4 – Documentos e Seguros dos veículos;
 - 3.5 – Multas.
4. PAGAMENTOS E COMPRAS:
 - 4.1 – Processo de compra;
5. CONDIÇÕES GERAIS
 - 5.1 – Das solicitações e comunicações;
 - 5.2 – Da ouvidoria;
 - 5.3 – Das penalidades
 - 5.4 – Documentos referentes às prestações de contas.
6. DO CÓDIGO DE ÉTICA
7. DA CIÊNCIA E ANUÊNCIA DO REGULAMENTO INTERNO.

Pela descrição dos itens deste regimento, bem como das prescrições nele contidas, além dos testes que foram realizados pela auditoria no curso dos trabalhos de campo, verificou-se a sua plena implantação e implementação.

III.3 – Dos Aspectos relacionados com o Código de Ética

Da mesma forma que no subitem anterior, também foi-nos disponibilizado dois exemplares do seu Código de Ética, sendo aprovado em 07/02/2020.

Desta forma, a auditoria operacional de 2019, analisou as condições do Código de Ética atual, que está assim composto, iniciando com a Introdução mencionando o Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia RIOTERRA, consciente da importância de se estabelecer padrões éticos para a condução de relações internas e externas, o instituiu, aplicável aos componentes de toda a estrutura organizacional, com adesão pelo simples ingresso na entidade e ao tratar do objetivo, cita que é o de harmonizar os valores pessoais e profissionais de seus funcionários e prestadores de serviços com os padrões de comportamento e os valores preconizados neste regulamento, os quais estão pautados em preceitos legais, éticos, morais e nos bons costumes. Tem a seguinte estrutura:

1. OBJETO, ÂMBITO E DEFINIÇÕES;
 - 1.1 – Objeto
 - 1.2 – Âmbito
 - 1.3 - Definições
2. PRINCIPIOS DE ATUAÇÃO:
 - 2.1 – Cumprimento da Legislação
 - 2.2 – Integridade
 - 2.2.1 – Matérias financeiras
 - 2.2.2 – Corrupção e suborno
 - 2.2.3 – Conflito de interesses
 - 2.2.4 – Uso da informação
 - 2.2.5 – Uso do patrimônio
 - 2.3 – Respeito pelos Direitos Humanos e Trabalhistas
 - 2.4 – Transparência
 - 2.5 – Responsabilidades socioambiental institucional
3. COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS
 - 3.1 – Colaboradores
 - 3.2 – Financiadores
 - 3.3 – Beneficiários
 - 3.4 – Fornecedores
 - 3.5 - Comunidade
4. GESTÃO DO PROCESSO ÉTICO
 - 4.1 – Canal de Comunicação
 - 4.2 – Monitoramento e reporte
 - 4.2.1 – O Comitê de ética é formado pelo Presidente da RIOTERRA, Diretor Administrativo Financeiro, Jurídico, Outros.
5. DA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE FRAUDES
6. CIÊNCIA DOS COMPONENTES DA ORGANIZAÇÃO.

De acordo com o conteúdo deste código e seus preceitos legais, normativos e morais, além de operacionais, no desenvolvimento de nossas atividades de auditoria in loco, tivemos a oportunidade de constatar a execução deste código, conforme procedimentos analisados e documentos revisados.

III.4 – Dos Aspectos relacionados com o Gerenciamento de Riscos

1. DOS OBJETIVOS

O gerenciamento dos riscos institucionais da CES Rioterra parte da premissa que todas as organizações enfrentam incertezas, as quais podem afetar no alcance dos objetivos. Assim, o gerenciamento de riscos visa tratar com eficácias tais incertezas, bem como os riscos a eles associados, permitindo a adoção tempestivas de estratégias e controles que permitam minimizar sua ocorrência ou tratar adequadamente se efetivamente ocorrerem. Além disso, especificamente, a gestão de riscos visa:

- I. Alinhar o apetite a risco com a estratégia adotada;
- II. Fortalecer as decisões em resposta aos riscos;
- III. Reduzir as surpresas e prejuízos operacionais;
- IV. Identificar e administrar riscos múltiplos e entre empreendimentos;
- V. Aproveitar oportunidades;
- VI. Otimizar o capital;

2. DAS DEFINIÇÕES

2.1. Neste manual serão adotadas as seguintes definições:

2.1.1. Apetite a Risco: É a quantidade de risco, em sentido mais abrangente, que a organização se dispõe a aceitar na busca por agregar valor aos serviços prestados.

2.1.2. Causas ou Fatores do Risco: Condições que viabilizam a concretização de um evento que afeta os objetivos. São resultantes da junção das fontes de risco com as vulnerabilidades.

2.1.3. Consequências: Resultado de um evento que afeta os objetivos.

2.1.4. Contexto: Diz respeito à definição dos parâmetros externos e internos, do escopo e dos critérios de risco a serem levados em consideração no gerenciamento de riscos.

2.1.5. Controle Interno: Conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos da Instituição sejam alcançados, evidenciando eventuais desvios.

2.1.6. Evento: Um evento é um incidente ou uma ocorrência que afeta a implementação da estratégia ou a realização dos objetivos.

2.1.7. Fonte de Risco: É um elemento (pessoas, processos, sistemas, estrutura organizacional, infraestrutura física, tecnologia, eventos externos) que, individualmente ou de maneira combinada, tem o potencial intrínseco para dar origem ao risco. São consideradas fontes de riscos: ameaças, oportunidades e perigos.

2.1.8. Impacto: Uma das consequências da ocorrência de um evento. Ocasiona mudança adversa no nível obtido dos objetivos.

2.1.9. Linhas de base do projeto ou atividade: é a medida de desempenho de determinada atividade ou projeto, medindo sua capacidade de cumprir os requisitos conforme planejado. Em relação a projetos, considerar-se-ão as seguintes linhas de base principais: Escopo; Tempo e Custo.

2.1.10. Risco: Possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

2.1.11. Risco Residual: Risco remanescente após o tratamento de risco ter sido implementado. O risco residual pode conter riscos não identificados.

2.1.12. Vulnerabilidade: Ausência, inadequação ou deficiência em uma fonte de risco, a qual pode vir a contribuir com a concretização de um evento indesejado.

3. METODOLOGIA

3.1. O gerenciamento de riscos no Centro de Estudos Rioterra será realizado com base na metodologia da ISO 31000:2018, no Guia de Gerenciamento de Projetos (PMBOK) e neste manual, constituindo-se como atividades mínimas a serem realizadas:

3.1.1. Identificação dos Riscos;

3.1.2. Análise dos Riscos;

3.1.3. Avaliação dos Riscos;

3.1.4. Tratamento dos Riscos Identificados;

3.1.5. Monitoramento e Análise;

3.1.6. Comunicação e consulta

3.2. O a identificação dos riscos relevantes ao projeto terão como base:

3.2.1. Este Manual de Gerenciamento de Riscos;

3.2.2. Eventuais Planos de Projetos aprovados;

3.2.3. O escopo proposto para a atividade ou Projeto;

3.2.4. Os custos que compõe a planilha orçamentária da atividade ou projeto;

3.2.5. O cronograma de execução proposto;

3.2.6. Eventuais registros dos stakeholders;

3.2.7. A característica das aquisições e os recursos humanos necessários para execução da atividade ou projeto;

3.2.8. Ativos de processos organizacionais relacionados a projetos anteriores;

3.3. A análise e avaliação serão realizados com base nas matrizes de probabilidade, de impacto, de efetividade de controles existentes e de apetite a riscos da Instituição.

3.4. O tratamento dos riscos visa aumentar as chances de o projeto ou atividade alcançar os objetivos propostos, seja pelo aumento das oportunidades, seja pela redução das ameaças.

3.5. Para tratamento dos riscos deve-se atuar, sempre que possível tanto sobre a causa como na consequência. Identificadas as causas e consequências, podem ser adotadas medidas de:

3.5.1. A prevenção;

3.5.2. A mitigação;

3.5.3. A transferência;

3.5.4. A aceitação;

4. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.1. A responsabilidade pelo Gerenciamento dos Riscos é de todos os colaboradores alocados na execução da atividade ou do projeto.

4.2. Especificamente caberá ao (à):

4.2.1. Diretoria Executiva: Aprovação deste Manual e de suas alterações;

4.2.2. Gerente de Projeto ou responsável pela Atividade: garantir a alocação dos recursos necessários para gerenciamento dos riscos, bem como realizar o monitoramento e avaliação de sua execução.

4.2.3. Coordenadores Operacionais: auxiliar na identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos relativos a sua área, bem como garantir a correta comunicação aos níveis operacionais dos riscos identificados e das medidas de tratamento a serem adotadas, além de propor a eventual atualização deste Manual;

4.2.4. Demais colaboradores: conhecer os riscos relativos às suas atividades, adotando as medidas de tratamento aprovadas, bem como comunicar situações identificadas e que possam influenciar no alcance dos objetivos.

4.2.5. Compliance officer: identificar eventos que possam trazer riscos ao cumprimento dos objetivos; prestar assessoria para o adequado gerenciamento dos riscos, assim como realizar o monitoramento acerca do cumprimento das medidas de controle interno aprovadas.

5. PERIODICIDADE DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

5.1. O processo de gerenciamento de riscos do projeto será realizado de modo contínuo durante todo o período de sua execução da atividade ou projeto, sendo, no mínimo realizado ou revisado:

5.1.1. Na planejamento da atividade ou na elaboração da proposição do projeto;

5.1.2. Antes do início de cada etapa da atividade ou do projeto;

5.1.3. Ao se detectar execução abaixo do planejado;

5.1.4. Em caso de ocorrências relevantes;

5.1.5. Na alteração do ambiente de contexto;

6 DEFINIÇÕES DE PROBABILIDADE, IMPACTO, EFETIVIDADE DOS CONTROLES E APETITE A RISCO.

6.1. Para análise chance de o risco ocorrer serão utilizadas as seguintes escalas:

Escala de Probabilidade	
1	Muito Improvável
2	De certa forma improvável
3	Chance de 50% de ocorrer
4	Altamente provável
5	Quase certo

Escala de Impacto	
1	Impacto insignificante nas linhas de base do projeto ou atividade
2	Impacto mínimo nas linhas de base do projeto ou atividade
3	Impacto mediano nas linhas de base do projeto ou atividade, com possibilidade de recuperação
4	Impacto significativo nas linhas de base do projeto ou atividade, com possibilidade remota de recuperação
5	Impacto extremo nas linhas de base do projeto ou atividade, sem possibilidade de recuperação

Eficácia dos Controles		
Eficácia do Controle	Situação do Controle Existente	Multiplicador do Risco Inerente
Inexistente	Ausência completa de controle	1
Fraco	Controle depositado na esfera de conhecimento pessoal dos operadores do processo, em geral realizado de maneira manual.	0.8
Mediano	Controle pode falhar por não contemplar todos os aspectos relevantes do risco ou porque seu desenho ou as ferramentas que o suportam não são adequados.	0.6
Satisfatório	Controle normatizado e embora passível de aperfeiçoamento, está sustentado por ferramentas adequadas e mitiga o risco razoavelmente.	0.4
Forte	Controle mitiga o risco associado em todos os aspectos relevantes, podendo ser enquadrado num nível de "melhor prática".	0.2

6.2. O apetite a Risco será o constante da seguinte Matriz:

Legenda Nivel de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito Alto				Absolutamente Inaceitável	
	4 Alto				Inaceitável	
	3 Médio				Inaceitável	
	2 Baixo			Aceitável		
	1 Muito Baixo	Oportunidade				

7. ACOMPANHAMENTO

7.1. O acompanhamento do gerenciamento de riscos do projeto ou atividade será coincidente com as reuniões de avaliação de execução, cabendo aos Coordenadores Operacionais apresentarem o status de implementação das medidas de tratamento dos riscos aprovadas e sua efetividade para prevenção ou remediação do risco gerenciado.

III.5 – Dos Aspectos relacionados com o Gerenciamento Financeiro, destaque para os itens 1,2 e 3.

1. DAS RESPONSABILIDADES E DIRETRIZES GERAIS

As responsabilidades relacionadas ao gerenciamento financeiro observarão as competências previstas no Estatuto Social do CES Rio terra, no Regimento Interno aprovado e às seguintes:

1.1. Compete ao Presidente:

1.1.1. Em conjunto com o Tesoureiro, movimentar a conta bancária da Associação, bem como representá-la ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

1.1.2. Analisar e aprovar o Plano de Aplicação de Recursos – PAR;

1.1.3. Aprovar pagamentos de aquisições, contratações e compras previstas no planejamento orçamentário de despesas e, observar a necessidade de documentação acessória;

1.1.4. Recomendar, sempre que julgar necessário, análise do Jurídico aquisições ou contratações acima de R\$100.000,00;

1.1.5. Solicitar, sempre que necessário, informações complementares as coordenações, tesouraria ou jurídico, como forma de promover total credibilidade na aquisição ou contratação.

Parágrafo único. Em caso de afastamento ou viagem do Presidente, a substituição do mesmo se fará pelo Vice-Presidente, para os fins previstos no Regimento Interno, e as substituições dos demais cargos serão feitas na forma do previsto no Regimento Interno.

1.2. Compete ao Tesoureiro:

1.2.1. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

1.2.2. Pagar as contas autorizadas pelo presidente;

1.2.3. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

1.2.4. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

1.2.5. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

1.2.6. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

1.3. Compete ao Conselho Fiscal:

1.3.1. Auditar as contas do Centro RIOTERRA ao final de cada exercício social;

1.3.2. Examinar os livros de escrituração da Associação;

1.3.3. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

1.3.4. Requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

1.3.5. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

1.3.6. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

1.4. Compete ao Coordenador Geral de Projetos:

1.4.1. Propor Plano de Metas do Período para compor o PAR - Plano de Aplicação de Recursos;

1.4.2. Contribuir para construção do Planejamento Orçamentário de Receitas;

1.4.3. Contribuir para definição do Planejamento orçamentário de Despesas;

1.4.4. Encaminhar, aprovar e monitorar, no âmbito de sua instância, aquisições e/ou contratações para aprovação junto a Diretoria, bem como emissão de pareceres sobre produtos e relatórios.

1.5. Compete ao Coordenador Financeiro:

1.5.1. Assegurar boas práticas financeiras e promover alinhamento para toda equipe do financeiro;

1.5.2. Conferir se as solicitações de despesas estão de acordo com o PAR.

1.5.3. Conferir se os pagamentos estão com todos os documentos de aferição em anexo, tais como: nota fiscal válida, contrato, produtos, recibos, cotação e outros;

1.5.4. Encaminhar para Tesouraria e Diretoria para pagamento as despesas aprovadas sob sua alçada;

1.5.5. Realizar conciliações bancárias;

1.5.6. Manter relatórios financeiros de gastos por projeto;

1.5.7. Assessor e disponibilizar auditorias e reuniões com informações financeiras e contábeis da instituição;

1.5.8. Prover a contabilidade de informações para lançamentos contábeis.

1.6. Compete a Coordenação Administrativa:

1.6.1. Promover a eficiência de recursos e fluxo de informações;

1.6.2. Elaborar relatórios gerenciais;

1.6.3. Elaborar, junto às coordenações, proposições de metas, observadas as previsões contratuais e orçamentárias;

1.6.4. Supervisionar as compras, aquisições e contratações, observando aspectos legais e contratuais;

1.6.5. Promover e atualizar políticas, manuais e práticas internas e externas, visando facilitar as relações, atender aspectos legais e promover a disseminação de conceitos e condutas éticas com os colaboradores, fornecedores, beneficiários, financiadores e outros parceiros;

1.6.6. Receber e analisar solicitações, fazendo as tratativas junto aos setores envolvidos;

1.6.7. Reportar sobre análise de solicitações, denúncias e sugestões recebidas.

1.7. Da Contratação de Seguros

1.7.1. Acidentes pessoais

O CES Rio terra prevê e mantém a contratação de seguro contra acidente estendido a todos os seus colaboradores.

1.7.2. Seguro patrimonial;

O CES Rio terra prevê e mantém seguro de suas infraestruturas e da frota de veículos.

1.8. Constituição e existência de um fundo de Reserva:

O Centro de Estudos Rio terra, manterá conta específica, denominada PAC - Programa de Apoio Corporativo, com recursos próprios, para despesas e outras

necessidades não previstas em contrato e, ainda em situações de urgência e emergência. As receitas para manutenção desta conta estão previstas no item 3.1.4, deste documento.

2. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA

2.1. O Centro de Estudos Rio terra tem uma estrutura de fontes de recursos, mantida principalmente através de projetos firmados com entes públicos e privados, observando alinhamento com suas políticas e programas institucionais. O planejamento das despesas, deve refletir as prioridades da instituição;

2.2. Os projetos, dentro da estrutura do financeiro, serão classificados como "centros de custos", sendo que cada centro de custo, possuirá estrutura orçamentária própria, que possibilite alcançar os objetivos de cada projeto contratado, dentro de prazos pactuados, bem como realizar o monitoramento e conferência da execução das despesas.

2.3. A estrutura financeira básica de um projeto possuirá os seguintes componentes, as quais dependendo das políticas e diretrizes de cada financiador, podem receber novas classificações e divisões:

2.3.1. Ações estratégicas - valor;

2.3.2. Recursos necessários para atingimento da ação estratégica - valores;

2.3.3. Rubricas/itens associados a cada recurso destacado - valores;

2.3.4. Cronograma de etapas da ação;

2.3.5. Cronograma financeiro de desembolsos

2.4. A partir destas informações, observados os cronogramas e ações previstos para cada período, em cada projeto contratado, deverão ser realizadas reuniões prévias de planejamento com coordenações estratégicas, coordenação geral de projetos e Diretoria, para deliberar e definir o Plano de Aplicação de Recursos – PAR do período subsequente.

2.5. A tesouraria, fornecerá as informações orçamentárias necessárias para subsidiar o planejamento dos centros de custos/projetos, dentre outras:

2.5.1. O realizado no período anterior;

2.5.2. O acumulado do período; e

2.5.3. A realizar para o próximo período/desembolso.

2.6. Com base nestas informações, as coordenações estratégicas, juntamente com a coordenação geral de projetos, num primeiro momento, farão a proposição de metas, e num segundo momento, a coordenação geral de projetos, discutirá junto às coordenações administrativa e financeira, de onde será elaborado a proposta do

Plano de Aplicação de Recursos que, seguirá para aprovação da Diretoria, sendo aprovado, orientará as ações da coordenação financeira e tesouraria da instituição para o período proposto.

2.7. Se os recursos forem destinados para aplicação em projetos, o Plano de Aplicação de Recursos aprovado será encaminhado para ratificação do financiador.

2.8. Após o Plano de Aplicação de Recursos ter sido ratificado pelo financiador, ou aprovado pela Diretoria para as despesas orgânicas desvinculadas do CES Rioterra, será encaminhado para conhecimento formal pelas coordenadorias com despesas previstas de serem realizadas, o qual orientará a execução do orçamento para o período a que o plano se refere.

2.9. O responsável pelo monitoramento e controle de gastos será o coordenador financeiro da instituição.

2.10. As premissas sob a qual o orçamento será realizado, serão balizados sob duas condições:

2.10.1. Contratos moeda nacional: taxa de inflação;

2.10.2. Contratos moeda estrangeira: valor mínimo atribuído para cotação moeda conversível.

3. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA

3.1. O Centro de Estudos Rio terra realiza a cada 04 anos seu planejamento estratégico que, dentre outras metas/objetivos, traça suas metas de receitas, no que se refere.

3.2. Volume de recursos e projetos que serão captados dentro do período estipulado para execução das novas estratégias.

3.3. Manutenção de pelo menos 02 (dois) novos projetos contratados a cada 02 anos. Para atingimento desta meta, a equipe de projetos realiza pesquisa de Editais e outras fontes de Financiamento ou de fomento à ações na região amazônica, alinhadas às políticas e programas institucionais. Após esta fase, são apresentadas em reunião para diretoria e coordenação de projetos relação de entes, objetivos dos financiamentos e/ou fomentos, prazos, abrangência e alinhamento com as políticas institucionais e estratégias, para que este colegiado delibere, para quais Editais serão elaborados e remetidos projetos e/ou propostas.

3.4. O CES Rio terra possui ainda outras fontes de recursos, para manutenção de suas estruturas e sustentabilidade de suas ações institucionais, oriundas de: doações, receitas auferidas com publicações, consultorias técnicas, pesquisa, atividades educativas e de formação, dissolução de bens, esta última aprovado em assembleia geral.

III.6 – Do processo de Compliance envolvendo fornecedores e prestadores de bens e serviços

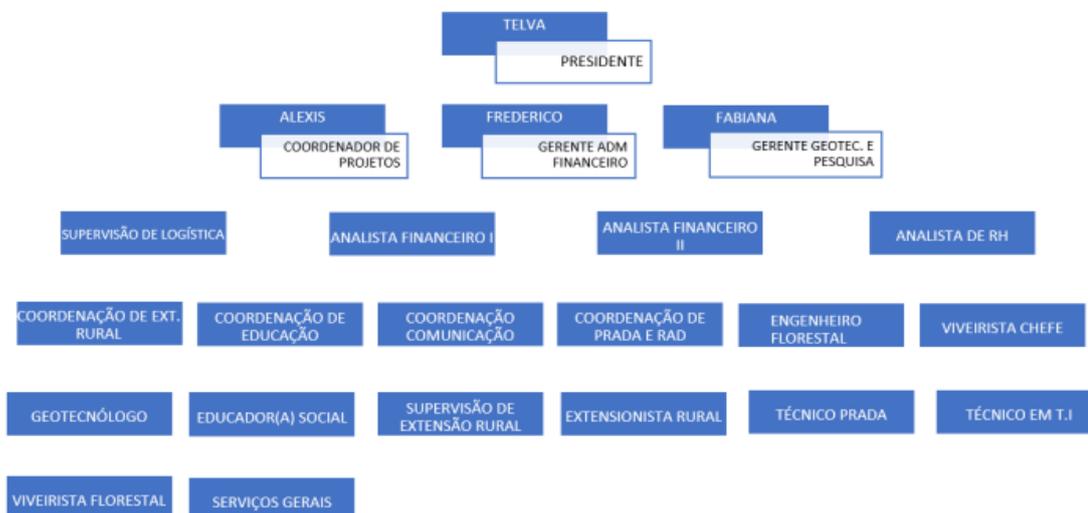
Foi detectado e comprovado pela auditoria novamente **no exercício de 2019** que o RIOTERRA possui um documento denominado de TERMO DE ANUÊNCIA PARA FORNECEDORES E PRESTADORES DE BENS E SERVIÇOS AO CES RIOTERRA, relativo a Compliance para com estes, no qual inicia citando parte do Código de Ética, estabelecendo diretrizes para com os Fornecedores (Integridade, subdividido em matérias financeiras e corrupção/suborno) e Da Política e Processo de Compras, com descrição de todo o processo de contratação e compras, no que tange aos princípios éticos e normativos da entidade, nos termos de seu Código de Ética Geral.

Considerando a importância e relevância deste documento, cabe apenas frisar a necessidade da continuidade de sua atualização.

III.7 – Do Organograma - CES RIOTERRA



ORGANOGRAMA – CES RIOTERRA



III.8 – Dos representantes Legais do CES RIOTERRA

De acordo com os documentos disponibilizados para a auditoria, são os seguintes os representantes legais do CES RIOTERRA – mandato de Abril/2019 a abril/2022

NOME	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
Telva Barbosa Gomes Maltezo	Presidente	Estatutária
Fabiana Barbosa Gomes	Vice-presidente	Estatutária
Tetcha Sotomayor Gomes	Tesoureira	Estatutário
Iara Magalhães Barberena	Secretária	Estatutário
Alexandre Lima Queiroz	Conselho fiscal	Estatutário
Sheila Noele da Silva Moreira	Conselho fiscal	Estatutário
Luíz Felipe Pereira Ulchôa Almeida	Conselho fiscal	Estatutário

III.9 – Das Contas Bancárias escrituradas

Os recursos contabilizados em 2019 foram recebidos e administrados pela CES RIO TERRA, através dos seguintes bancos e contas:

Banco	Agencia	Contas	Origem	Ord.
Brasil	102-3	111.760-2	Projeto Quintais Amazônicos-BNDES – encerrada em 2019	1
Brasil	102-3	121.833-6	Projeto Petrobras-Semeando	2
Brasil	102-3	78.628-4	Projeto Misereor	3
Brasil	102-3	126.318-8	(*) Atividades do PAC-Programa Apoio Administrativo	4
Brasil	102-3	126.066-9	Projeto MMA – encerrada em 2019	5
Brasil	102-3	135.082-X	(*) Atividades com a Instituição ASMOREX	6
Bradesco	1294-7	0010287-3	Projeto Plantar - BNDES	7
CEF		1695-1	Projeto MDA – encerrada em 2019	8

(*) Não possuem a característica de projetos e desta forma não são recursos restritos, conforme regras contábeis.

Referidas contas são movimentadas pela presidente e tesoureira listados no item III.5, precedente.

III.10 – Dos Convênios firmados pela entidade que movimentaram recursos em 2019

Analisando a documentação disponibilizada, constatou-se que os recursos financeiros da entidade para o ano de 2019, objeto desta auditoria, foram oriundos de 2 (duas) atividades sem a característica de Projetos, que não requerem o registro no passivo da entidade como recursos a aplicar, bem como de 3 (três) projetos firmados, que requerem registro no passivo, todos com utilização de contas bancárias específicas para cada movimentação.

III.10.1 – Dos convênios firmados com abertura de contas bancárias para movimentação de recursos sem a característica de projetos

Conta 126.318-8 - denominada "PAC - Programa de Apoio Administrativo" essa conta não tem nenhuma vinculação com projetos ou com algum plano de trabalho específico ou até mesmo um financiador. Ela recebe valores referentes a algumas prestações de serviços com particulares, tipo, consultoria sobre carbono, consultoria na área de GEO PROCESSAMENTO e sobre elaboração de projetos.

Conta 135.082-X - Essa conta é denominada "ASMOREX" pois esse é o nome da instituição que a RIOTERRA trabalha no projeto de venda de crédito de carbono, ressaltando que a RIOTERRA é apenas contratada da ASMOREX, uma instituição privada sem fins lucrativos, para fazer um acompanhamento administrativo e financeiro e fazer uma articulação política junto ao Estado de Rondônia e junto a empresa comercializadora dos créditos que fica em São Paulo.

III.10.2 – Dos convênios firmados com abertura de contas bancárias para movimentação de recursos com a característica de projetos

Conta 121.833-6 – Banco do Brasil – Contrato de Patrocínio n. 5850.0108259.18.2 – PETROBRAS (17/08/2018) – Projeto Semeando Sustentabilidade

Por meio do Contrato em referência, Cláusula Primeira, a Petrobras concede patrocínio ao Projeto SEMEANDO SUSTENTABILIDADE, que visa principalmente disseminar práticas que possibilitem fixar carbono através de arranjos produtivos/ecológicos, conforme descrito no Anexo I – Projeto, cuja realização está a cargo da RIOTERRA. Cita ainda que os recursos estão compreendidos no PAN da (RS/PA), Centro de custo responsável SF05ADBR00 e deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto deste contrato.

De acordo com a Cláusula Terceira, o prazo de vigência será de 820 (oitocentos e vinte dias), contados de sua assinatura, equivalente a 27 meses e 10 dias, sendo mencionado no item 3.1.1 que este prazo poderá ser estendido mediante acordo.

Na cláusula quarta é tratado das obrigações da RIOTERRA, sendo citado textualmente que o descumprimento das obrigações acarretará multa ou rescisão contratual.

O valor do Projeto está estipulado na Cláusula Quinta, de R\$ 2.485.020,28 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, vinte reais e vinte e oito centavos) e na Cláusula Sexta, ao estabelecer a forma de desembolso é mencionado que os recursos serão disponibilizados até o 10º dia contado da data final do período de medição, conforme estabelecido no Cronograma de Pagamentos – Anexo II, após avaliação realizada pela fiscalização da Petrobras. Cita ainda o subitem 6.4 da cláusula sexta que deverão ser movimentados os recursos na conta aberta no Banco do Brasil, especificamente para o projeto.

Quanto ao andamento do projeto e sua verificação, a Cláusula Décima estabelece que a Petrobras acompanhará por prepostos por ela designados, a sua execução. Quanto as penalidades por descumprimento do contrato, a Cláusula Décima Segunda apresenta as condições pactuadas, bem como quanto a possibilidade de Rescisão e suas causas, está estabelecido na Cláusula Décima Terceira.

Mencionando sobre as condições que determinam a devolução de recursos recebidos, a Cláusula Décima Quinta cita que a Petrobras poderá exigir a devolução do valor repassado, na mesma proporção do descumprimento das contrapartidas, não excluindo multas e quaisquer valores oriundos de descumprimento contratual.

De acordo com as prescrições acima, este contrato é de natureza de RECURSOS RESTRITOS, nos termos das normas contábeis brasileiras, harmonizadas internacionalmente.

Conta 78.628-4 – Banco do Brasil – Contrato de Projeto 233-094-1018 ZG, firmado em 09/03/2017

Foi concedido por MISEREOR, entidade Alemã, autorização para realização de um Projeto para Acesso a energia renovável e uso sustentável com pequenas famílias camponesas em três municípios do Estado de Rondônia, no valor de EUR 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil euros), sendo mencionado no mesmo que o objetivo de desenvolvimento é para famílias agrícolas no Sul do Estado de Rondônia que estão abertas à implementação de biodigestores e melhorias nas suas condições de vida através de maior justiça de gênero e empoderamento, conforme subitem 1.1 do contrato e no subitem 1.2 estão descritos os quatro objetivos do projeto, para a consecução do mesmo.

No item 3 é mencionado que o total do orçamento é de EUR 346.000,00, sendo que a Misereor contribuirá com EUR 289.000,00 e o restante, ou seja, EUR 57.000,00 deverá ser financiado pelo BNDES e Petrobras.

Analisando a composição de aplicação dos recursos, o item 4 estabelece que deverão ser destinados EUR 38.500,00 para os investimentos; EUR 213.500,00 para Pessoal; EUR 48.000,00 para as atividades do projeto; EUR 33.200,00 para a administração do projeto e EUR 8.000,00 para avaliação.

Quanto as prestações de contas, o item 5 do contrato menciona que durante o prazo de execução do projeto deve ser realizada uma avaliação, utilizando-se do Guia de Misereor para tal.

De acordo com as prescrições acima, este contrato é de natureza de RECURSOS RESTRITOS, nos termos das normas contábeis brasileiras, harmonizadas internacionalmente.

Conta 10287-3 – Bradesco – Contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável n. 17.2.0731.1 – PROJETO PLANTAR – BNDES, de 13/03/2018

O BNDES concedeu à RIOTERRA, conforme cláusula primeira, colaboração financeira não reembolsável no valor de até R\$ 25.305.337,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais), no âmbito do Fundo Amazônia, destinada a apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: I) elaboração e implementação de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; II) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e, III) monitoramento e avaliação, da paisagem, observado o disposto na Cláusula Segunda (Disponibilidade).

Na cláusula segunda do contrato está disciplinado que a colaboração financeira será posta à disposição, parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensíveis de utilização referidas na cláusula quarta, em função das necessidades para a execução do projeto, conforme cláusula primeira. Estabelece o § 1º desta cláusula a obrigatoriedade de movimentação em conta bancária específica.

O prazo do projeto está estipulado no item II da cláusula terceira, que é de 48 (quarenta e oito meses) a contar a da sua assinatura. Já na cláusula sétima é feita menção sobre a possibilidade de suspensão da liberação de recursos, citando as hipóteses, sendo uma delas a não execução do projeto.

Quanto à possibilidade de antecipação do vencimento do contrato, a Cláusula Oitava estabelece que o BNDES poderá declarar este contrato vencido antecipadamente com a imediata sustação de qualquer desembolso, se for comprovado o descumprimento das obrigações nele estabelecidas, sujeito a devolver ao BNDES,

no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da comunicação, por escrito, os valores utilizados, atualizados pela TJLP, mais cominações.

Portanto, de acordo com as prescrições acima, este contrato é de natureza de RECURSOS RESTRITOS, nos termos das normas contábeis brasileiras, harmonizadas internacionalmente.

IV – DO ENTENDIMENTO NECESSÁRIO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS

Antes de descrevermos os pontos levantados em nossos exames, julgamos oportuno conceituar controle interno, a fim de proporcionar uma correta interpretação de sua dimensão.

Sérgio Jund¹ assim conceitua controles internos:

“Por controles internos, entendemos todos os investimentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que verificamos dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio”. E continua JUND: “segundo o American Institute of Certified Public Accountants – AICPA, o controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas coordenados, adotados numa empresa para proteger seus ativos, verificar a exatidão operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas”.

Do conceito acima se depreende que, controle interno é um sistema constituído pela estrutura da organização e por todos os métodos e procedimentos adotados pela administração de uma entidade para:

- a) Salvar os seus ativos e assegurar a legitimidade do seu passivo;
- b) Assegurar a validade e a exatidão das transações, eficiência e integridade das informações fornecidas pelos sistemas contábeis;

¹ JUND, Sérgio. *Auditoria: Conceitos, Normas Técnicas e Procedimentos*. Rio de Janeiro: Impetus, 2002. p.192.

- c) Assegurar que os recursos necessários sejam obtidos e usados eficaz e eficientemente, de modo a atingir os objetivos propostos e,
- d) Manter a observância das políticas estabelecidas pela administração da entidade.

Um adequado sistema de controles internos, para atingir os objetivos acima delineados, deve incluir:

- Organograma claro e objetivo, contendo responsabilidades definidas, segregação de funções e deveres de cada colaborador;
- Utilização de formulários, documentos e sistemas de processamento adequados;
- Introdução de verificações e provas independentes e contínuas sobre desempenho;
- Grau de qualidade e competência do pessoal (a qualidade do pessoal segundo as suas responsabilidades e funções a serem desempenhadas);
- Procedimentos adequados para manutenção de registros; e,
- Controle Físico dos ativos.

Com base nestes pressupostos, estaremos descrevendo os pontos julgados relevantes pela auditoria, tanto no que diz respeito aos aspectos jurídicos e contábeis, quanto aos controles administrativos e financeiros, os quais servirão como suporte à gestão, para implantação de ajustes necessários para a transparência das informações contábeis.

V - REPRODUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

As demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício findo em 31/12/2019, utilizadas como bases para elaboração desta peça constam do **Anexo I** a deste relatório, das quais resultam num Ativo/Passivo total em 31/12/2019 de R\$ 5.233.971,45 (Cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), com demonstração do Déficit apurado na mesma

data de R\$ 173.044,32 (Cento e setenta e três mil, quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, ao final do ano verificou-se um consumo geral de caixa de R\$ 890.739,59 (Oitocentos e noventa mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

VI – DESCRIÇÃO DOS COMENTÁRIOS RELATIVO AO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA E RECOMENDAÇÕES

Cumprindo o contrato de auditoria firmado com Vv.Ss., neste item apresentamos o produto das nossas análises, conforme requerido, ressaltando que as questões relacionadas com aspectos legais, jurídicos e organizacionais foram comentadas em itens precedentes, mas que também, dependendo do envolvimento com os registros da contabilidade, serão desdobrados nos subitens seguintes.

VI.1 – Follow-up do relatório da auditoria do ano anterior

Considerando que a entidade foi auditada no período anterior, seguem os pontos levantados por aquela e os comentários da auditoria atual, no que tange a implementação ou não das recomendações.

No conjunto do relatório da auditoria anterior, relativo ao período findo em 31/12/2018, verificou-se que foi emitido o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras em 26 de junho de 2019, com Ressalvas e Com Ênfase.

VI.1.1 – Das análises sobre o cumprimento das questões institucionais e Estatutárias

No curso dos trabalhos de campo de 2019, constou da relação de documentos solicitados a disponibilização das Atas da Diretoria e do Conselho Fiscal, para efeito de análise se as disposições contidas no Estatuto foram atendidas, artigos 27 e 34, respectivamente. Estando as atas de acordo conforme previsto no estatuto.

Em 2018, foi constatado que o Gerente Administrativo Financeiro também é Membro do Conselho Fiscal. Do ponto de vista dos controles internos, a auditoria entende existir incompatibilidade, uma vez que o membro do conselho fiscal irá aprovar suas próprias ações. Recomenda-se um estudo mais aprofundado desta questão, com a finalidade de não só atender os bons princípios dos controles internos que exigem segregação de função, como também uma melhor transparência nos atos de gestão.

Em análise dos controles de 2019, verificamos que a divergência apresentada acima, referente ao Gerente Administrativo Financeiro sendo Membro do Conselho Fiscal, foi solucionado.

VI.1.2 – Dos aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias

VI.1.2.1 – Dos pontos sobre a Gestão de Pessoal

- 1) Verificamos novamente que em 2019 que as fichas de empregados juntamente com o dossiê dos mesmos, e certificamos que se encontram atualizados;
- 2) Analisando o PPRA e o PCMSO, constatamos que os mesmos em 2019 estão atualizados.
- 3) Nos testes sobre a confrontação entre os dados da CAGED e a SEFIP, não foi encontrado divergências, conforme mencionado a seguir:

CAGED - CNPJ: 03.721.311/0001-38												
Centro de Est. Da Cult. E do Meio Amb. - RIO TERRA												
CONFORME INFORMADO NO CAGED												
Competência	Acerto	1º Dia	Adm.	Desligado	Quant. Final do Mês	TICKS	Quantidade e SEFIP	CAGED X SEFIP	Prazo entrega M.P. 2076-33/2001	Data da entrega	Situação Entrega	Código Recebimento
Saldo no final do Ano anterior					56							
jan-19	0	56	3	0	59	✓	56	-3	07/02/2019	01/02/2019	OK	72642168
fev-19	0	59	0	1	58	✓	55	-3	07/03/2019	01/03/2019	OK	73001627
mar-19	0	58	2	3	57	✓	54	-3	07/04/2019	01/04/2019	OK	73347253
abr-19	0	57	4	3	58	✓	57	-1	07/05/2019	03/05/2019	OK	73735353
mai-19	0	58	0	1	57	✓	55	-2	07/06/2019	04/06/2019	OK	74110835
jun-19	0	57	4	4	57	✓	57	0	07/07/2019	01/07/2019	OK	74438715
jul-19	0	57	3	1	59	✓	57	-2	07/08/2019	05/08/2019	OK	74852053
ago-19	0	59	2	1	60	✓	58	-2	07/09/2019	03/09/2019	OK	75181784
set-19	0	60	0	2	58	✓	57	-1	07/10/2019	01/10/2019	OK	75504154
out-19	0	58	5	3	60	✓	58	-2	07/11/2019	01/11/2019	OK	75869021
nov-19	0	60	2	2	60	✓	59	-1	07/12/2019	02/12/2019	OK	76215451
dez-19	0	60	1	3	58	✓	55	-3	07/01/2020	03/01/2020	OK	76561087

Legislação aplicável: Portaria Nº 235, de 14/03/2003-MTE -Caged

✓ Insp Fisicamente

1) Das análises das Guias de INSS e FGTS

Relação das Guias de INSS - 2100									
Competência	Contribuição Patronal	Outras Entidades	Total da Guia (✓) (1)	Vencido	data de pagto (✓)	SEFIP (2)	CONTÁBIL PAGO (3)	Diferença (1) - (2)	Diferença (2) - (3)
jan-19	35.162,39	5.351,92	40.514,31	20/02/19	19/02/19	40.514,31	40.514,31	-	-
fev-19	35.495,42	5.387,44	40.882,86	20/03/19	19/03/19	40.882,86	40.882,86	-	-
mar-19	35.281,31	5.349,12	40.630,43	20/04/19	12/04/19	40.630,43	40.630,43	-	-
abr-19	35.465,50	5.382,79	40.848,29	22/05/19	14/05/19	40.848,29	40.848,29	-	-
mai-19	35.310,71	5.358,39	40.669,10	20/06/19	18/06/19	40.669,10	40.669,10	-	-
jun-19	35.463,23	5.389,49	40.852,72	20/07/19	17/07/19	40.852,72	40.852,72	-	-
jul-19	35.978,53	5.445,02	41.423,55	20/08/19	16/08/19	41.423,55	41.423,55	-	-
ago-19	37.332,75	5.730,26	43.063,01	20/09/19	20/09/19	43.063,01	43.063,01	-	-
set-19	35.768,10	5.400,86	41.168,96	20/10/19	16/10/19	41.168,96	41.168,96	-	-
out-19	38.276,51	5.824,39	44.100,90	20/11/19	19/11/19	44.100,90	44.100,90	-	-
nov-19	35.284,58	5.326,41	40.610,99	20/12/19	20/12/19	40.610,99	40.610,99	-	-
dez-19	40.388,98	6.057,39	46.446,37	20/01/19	11/01/20	46.446,37	46.446,37	-	-
Totais	435.208,01	66.003,48	501.211,49			501.211,49	501.211,49	-	-

RELAÇÃO DAS GUIAS DE FGTS - 115									TESTES DA AUDITORIA		CONTABILIDADE	
Competência	Descrição	Depósito + Contribuição	Multas / Encargos	Total (✓) (1)	Vencimento	data de pagamento (✓)	Remuneração	Qtde de Funcionários	Cálculo Auditoria (*) (2)	Diferença (1) - (2)	CONTÁBIL PAGO (3)	Diferença (2)-(3)
jan-19	FGTS	12.542,32	-	12.542,32	07/02/19	07/02/19	156.779,02	56	12.542,32	0,00	12.542,32	-

fev-19	FGTS	12.543,30	-	12.543,30	07/03/19	07/03/19	156.791,25	55	12.543,30	-	12.543,30	-
mar-19	FGTS	12.125,20	-	12.125,20	07/04/19	07/04/19	151.565,05	54	12.125,20	0,00	12.125,20	-
abr-19	FGTS	12.597,08	-	12.597,08	07/05/19	07/05/19	157.463,56	57	12.597,08	0,00	12.597,08	-
mai-19	FGTS	12.535,65	-	12.535,65	07/06/19	07/06/19	156.695,69	55	12.535,66	0,01	12.535,66	-
jun-19	FGTS	12.663,72	-	12.663,72	07/07/19	07/07/19	158.296,53	57	12.663,72	0,00	12.663,72	-
jul-19	FGTS	12.728,29	-	12.728,29	07/08/19	07/08/19	159.103,64	57	12.728,29	0,00	12.728,29	-
ago-19	FGTS	13.202,34	-	13.202,34	07/09/19	07/09/19	165.029,28	58	13.202,34	0,00	13.202,34	-
set-19	FGTS	12.688,89	-	12.688,89	07/10/19	07/10/19	158.611,21	57	12.688,90	0,01	12.688,90	-
out-19	FGTS	12.990,18	-	12.990,18	07/11/19	07/11/19	162.377,32	58	12.990,19	0,01	12.990,19	-
nov-19	FGTS	23.861,49	-	23.861,49	07/12/19	07/12/19	298.268,72	59	23.861,50	0,01	23.861,50	-
dez-19	FGTS	12.697,06	-	12.697,06	07/01/20	07/01/20	158.713,30	55	12.697,06	0,00	12.697,06	-
Totais		163.175,52	-	163.175,52			2.039.694,57		163.175,57	0,05	163.175,57	-

(*) - Com base nos valores informados na SEFIP

(✓) Inspeccionadas as GUIAS Fisicamente

(1) Juros e Multa equivalente a pagamento em atraso da guia do FGTS.

- 2) Prosseguindo nos testes, verificamos que as declarações DCTF, DIRF, ECD, ECF, RAIS foram entregues dentro do prazo e está regular, conforme quadros a seguir:

Entrega até o 15º dia útil do 2º mês subsequente ao fato gerador.							
2019	Competência	Nº Recibo de Entrega - DCTF	Data de Entrega	Prazo Limite	Dia Semana	Situação	
	Janeiro	31.79.21.10.08-02	19/03/2019	25/03/2019	Segunda	No Prazo	Original
	Fevereiro	17.19.40.08.61-96	18/04/2019	22/04/2019	Segunda	No Prazo	Original
	Março	06.81.25.34.90-40	16/05/2019	22/05/2019	Quarta	No Prazo	Original
	Abril	06.14.30.52.77-15	20/06/2019	24/06/2019	Segunda	No Prazo	Original
	Mai	27.51.23.69.23-47	16/07/2018	19/07/2019	Sexta	No Prazo	Original
	Junho	24.37.07.01.06-04	15/08/2018	21/08/2019	Quarta	No Prazo	Original
	Julho	07.56.49.38.95-24	16/09/2018	20/09/2019	Sexta	No Prazo	Original
	Agosto	24.90.47.82.01-58	16/10/2018	21/10/2019	Segunda	No Prazo	Original
	Setembro	35.97.28.31.28-58	19/11/2018	22/11/2019	Sexta	No Prazo	Original
	Outubro	22.85.26.35.79-78	12/12/2018	20/12/2019	Sexta	No Prazo	Original
	Novembro	06.74.87.73.64-87	17/01/2020	22/01/2020	Quarta	No Prazo	Original
Dezembro	22.64.17.23.04-15	19/02/2020	21/02/2020	Sexta	No Prazo	Original	

2019	Competência	Nº Recibo de Entrega - DIRF	Data de Entrega	Horário	Prazo Limite	Dia Semana	Situação
	01/01/2019 a 31/12/2019	36.73.74.43.81-81	26/02/2020	10:27:41	28/02/2020	Sexta	No Prazo

Entrega até o último dia útil do mês de Maio após o fato gerador.

2019	Competencia	Nº Recibo de Entrega - ECD	Data de Entrega	Horário	Prazo Limite	Dia Semana	Situação
	01/01/2019 a 31/12/2019	00.DB.90.AB.E8.3E.38.40 32.F8.C5.3F.0E.19.6D.65	31/05/2019	17:38:22	31/07/2020	Sexta	No Prazo

Entrega até o último dia útil do mês de Julho após o fato gerador.

2019	Competencia	Nº Recibo de Entrega - ECF	Data de Entrega	Horário	Prazo Limite	Dia Semana	Situação
	01/01/2019 a 31/12/2019	5C.D3.07.59.01.73.8B.5D.89 .8D.20.BD.13.20.EF.DC	18/07/2019	16:03:39	31/07/2019	Quarta	No Prazo (1)

(1) Dentro do prazo de entrega.

Prazo de Entrega: de 09/03/2020 a 17/04/2020.

2019	Competencia	Nº Recibo de Entrega - RAIS	Data de Entrega	Horário	Prazo Limite	Dia Semana	Situação
	01/01/2019 a 31/12/2019	590571412274	08/04/2020	12:09:49	17/04/2020	Sexta	No Prazo

- 3) Também fez parte das análises da auditoria a verificação dos recolhimentos constantes do relatório (e-CAC) emitido pela RFB no período de 01/01/2019 A 10/01/2020 e os registros da contabilidade, bem como sua correspondência com as obrigações acessórias mencionadas no item anterior.

Foram verificados um total de 12 lançamentos "IRRF-Folha de Pagamento de arrecadação confirmados pela Receita Federal do Brasil, os quais foram conferidos com as guias originais liquidadas no banco e arquivadas pela Entidade em seus respectivos movimentos contábeis mensais, bem como as respectivas baixas nas obrigações. Segue o dado sintéticos das verificações:

Cód. 0561 - IRRF - Folha de Pagamento

Competencia	e-CAC (1)	Guia Pgto (2)	Contabilizad o (3)	Diferença (4=1-2)	Diferença (5=1-3)	Diferença (6=2-3)	Período de Apuração	Vencimento	Data Pagamento	Situação de Pgto
jan-19	6.388,09	6.388,09	6.388,09	-	-	-	31/01/2019	20/02/2019	08/02/2018	No Prazo
fev-19	6.627,30	6.627,30	6.627,30	-	-	-	28/02/2019	20/03/2019	19/03/2019	No Prazo
mar-19	6.627,30	6.627,30	6.627,30	-	-	-	31/03/2019	18/04/2019	12/04/2019	No Prazo
abr-19	6.627,30	6.627,30	6.627,30	-	-	-	30/04/2019	20/05/2019	14/05/2019	No Prazo
mai-19	6.611,01	6.611,01	6.611,01	-	-	-	31/05/2019	19/06/2019	18/06/2019	No Prazo
jun-19	6.611,01	6.611,01	6.611,01	-	-	-	30/06/2019	19/07/2019	15/07/2019	No Prazo
jul-19	6.662,22	6.662,22	6.662,22	-	-	-	31/07/2019	20/08/2019	16/08/2018	No Prazo
ago-19	8.137,64	8.137,64	8.137,64	-	-	-	31/08/2019	20/09/2019	20/09/2019	No Prazo
set-19	6.667,50	6.667,50	6.667,50	-	-	-	30/09/2019	18/10/2019	16/10/2019	No Prazo
out-19	7.144,90	7.144,90	7.144,90	-	-	-	31/10/2019	20/11/2019	19/11/2019	No Prazo
nov-19	6.359,29	6.359,29	6.359,29	-	-	-	30/11/2019	20/12/2019	19/12/2019	No Prazo
dez-19	7.317,15	7.317,15	7.317,15	-	-	-	31/12/2019	20/01/2020	10/01/2020	No Prazo
TOTAL	81.780,71	81.780,71	81.780,71	-	-	-				

VI.1.2.2 – Das verificações sobre a regularidade por meio de certidões

De acordo com nossos levantamentos e documentos disponibilizados, foi verificado que as certidões negativas de débitos e estão todas regulares, conforme descrito no quadro seguinte:

Ord	ORGÃO	NATUREZA	DATA EXPEDIÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CONTROLE	VALIDADE	OBSERVAÇÕES
1	Caixa Econômica Federal do Brasil - CEF	Situação Regular	10/06/2019 às 14:29:05	Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	2019060201295329052393	02/06/2019 a 01/07/2019	
2	Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF	Negativa	22/02/2019 às 11:45:58	Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	FF37.66B5.0211.28AE	21/08/2019	
3	Poder Judiciário Justiça do Trabalho	Negativa	10/06/2019 às 14:06:20	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	173861396/2019	06/12/2019 - 180 dias	

VI.1.3 – Do cumprimento sobre a implementação do Controle Patrimonial e dos Testes de Recuperabilidade dos Ativos

Durante a realização dos testes de auditoria, verificamos que em 2019, a entidade implementou o controle patrimonial conforme demonstrando a seguir;

- ✓ Termo de Comodato;
- ✓ Procedimentos para Tombamento;
- ✓ Manual do Patrimônio;
- ✓ Relação detalhada dos bens geral e por departamentos;
- ✓ Realização do teste de recuperabilidade dos ativos;
- ✓ Termo de Responsabilidade pela Guarda e Uso de Equipamento; conforme modelo a seguir:

De acordo com o quadro a seguir, o total dos bens registrados na contabilidade confere com o controle patrimonial apresentado, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
1301	IMOBILIZADO	2.433.309,34	912.512,30	359.621,59	2.986.200,05	2.986.200,05	-	
130101	IMOBILIZACOES TANGIVEIS	4.000.028,63	912.512,30	76.134,25	4.836.406,68	4.836.406,68	-	
130101002	EDIFICIOS E CONSTRUCOES	697.872,77	296.513,49	0,00	994.386,26	994.386,26	-	Conf. Controle auxiliar
130101003	EQUIP. MAQUINAS E INSTALACOE	569.500,85	41.505,97	0,00	611.006,82	611.006,82	-	Conf. Controle auxiliar
130101004	VEICULOS	520.186,00	293.101,82	0,00	813.287,82	813.287,82	-	Conf. Controle auxiliar
130101005	MOVEIS E UTENSILIOS	77.018,18	0,00	31.414,59	45.603,59	45.603,59	-	Conf. Controle auxiliar
130101006	EQUIP. PROC. DADOS C/ RESTRI	303.584,25	0,00	44.719,66	258.864,59	258.864,59	-	Conf. Controle auxiliar
130101007	SOFTWARE	41.586,88	12.972,05	0,00	54.558,93	54.558,93	-	Conf. Controle auxiliar
130101009	EQUIP.MAQ.INSTAL.C/RESTRICAO	277.268,70	28.283,94	0,00	305.552,64	305.552,64	-	Conf. Controle auxiliar

130101010	VEICULOS C/ RESTRICAO	1.479.165,09	0,00	0,00	1.479.165,09	1.479.165,09	-	Conf. Controle auxiliar
130101011	MOVEIS E UTENSILIOS C/ RESTR	9.999,00	20.135,03	0,00	30.134,03	30.134,03	-	Conf. Controle auxiliar
130101012	EQUIP.PROC.DADOS C/RESTRICAO	23.846,91	0,00	0,00	23.846,91	23.846,91	-	Conf. Controle auxiliar
130101014	TERRENOS	0,00	220.000,00	0,00	220.000,00	220.000,00	-	Conf. Controle auxiliar
130102	(-)AMORTIZACAO E DEPRECIACAO	-1.566.719,29	0,00	283.487,34	-1.850.206,63	-1.850.206,63	-	
130102001	(-) S/ EDIFICIOS E CONSTRUCO	-193.332,04	0,00	17.750,34	-211.082,38	-211.082,38	-	Conf. Controle auxiliar
130102002	(-) S/ EQUIP. MAQUINAS E INS	-349.990,39	0,00	50.472,44	-400.462,83	-400.462,83	-	Conf. Controle auxiliar
130102003	(-) S/ MOVEIS E UTENSILIOS	-36.609,69	0,00	5.651,83	-42.261,52	-42.261,52	-	Conf. Controle auxiliar
130102004	(-) S/ VEICULOS	-812.448,15	0,00	190.447,16	-1.002.895,31	-1.002.895,31	-	Conf. Controle auxiliar
130102005	(-) S/ EQUIP. DE PROCES. DE	-132.752,14	0,00	19.165,57	-151.917,71	-151.917,71	-	Conf. Controle auxiliar
130102006	(-) AMORT. ACUMULADA S/ SOFT	-41.586,88	0,00	0,00	-41.586,88	-41.586,88	-	Conf. Controle auxiliar

Contudo, considerando que entidade possui projetos em andamento e foram adquiridos bens para os mesmos, de acordo com a normas contábeis, este assunto deve ser segregado na contabilidade, por imobilizado com restrição e sem restrição.

Ante o exposto, recomendamos a entidade faça a segregação em sua estrutura de plano de contas.

Ainda descrevendo sobre o Ativo Imobilizado e dando continuidade nos testes de auditoria, cumprindo assim as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade que aprovaram os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, relativo aos Testes de Recuperabilidade dos Ativos, aprovado em 06/08/2010 foram realizadas análises quanto ao cumprimento da observação e publicação dos aspectos relativos à

Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que tem como objetivo estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do mesmo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O pronunciamento também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

Este assunto foi normatizado pela Resolução 1292/2010 do Conselho Federal de Contabilidade-CFC e pela Deliberação 639/2010 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que adotaram a CPC 01, em sua Revisão 4, alinhada com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 36 (IASB BV2010), que tratam da matéria.

Em 2019, verificamos que a entidade implementou o teste de recuperabilidade dos ativos, dando como solucionado este item.

VI.1.4 – Das análises relacionadas às CONTAS DO ATIVO

De acordo com o balancete consolidado da entidade, em 31/12/2019, o RIOTERRA possui 5 (cinco) centros de custos que o formam:

1. Centro de custo – Projeto MISEREOR;
2. Centro de custo – Atividades do PAC-Programa Apoio Administrativo;
3. Centro de custo – Projeto Plantar BNDES;
4. Centro de custo – Atividades com a Instituição ASMOREX; e,
5. Centro de custo – Projeto Semeando Sustentabilidade – PETROBRAS.

Portanto, tomando-se o balancete consolidado, seguem os comentários da auditoria destacados no exercício de 2019.

VI.1.4.1 – Das análises nas disponibilidades - 1101

Fazendo parte das análises tradicionais de Auditoria, para o exercício findo em 2019, foi objeto de análises os procedimentos financeiros adotados pela entidade, no que tange o registro das movimentações em espécie via boletins de caixa, em confronto com os registros e saldos escriturados na contabilidade, conforme demonstramos a seguir:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)	(1) - (2)	
110101001	CAIXA	3.526,62	0,00	3.526,62	0,00	-	-	Conf. Controle auxiliar

Conforme observa-se na tabela retro, não foram detectadas divergências entre o boletim de caixa e os registros contábeis.

Na sequência, foi feito o cruzamento dos extratos bancários das Contas Correntes e Contas de Aplicações Financeiras com os saldos contábeis e não constam divergências. Seguem os quadros comparativos:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)	(1) - (2)	
11010	BANCO C/ MOV. CONTA CORRENTES	8.188,07	18.277.741,04	18.285.928,11	1,00	1,00	-	
110102021	B. BRASIL C/C 126.318-8 (PAC)	8.026,60	724.765,49	732.792,09	-	-	-	Conf. Extrato
110102022	B. BRASIL C/C 135.082-X (P.)	-	633.924,21	633.924,21	-	-	-	Conf. Extrato
110102023	BANCO DO BRASIL S. A. MMA (C)	115,47	12,53	128,00	-	-	-	Conf. Extrato
110104019	B.BRASIL C/ RESTRICAO C/C 12	45,00	2.625.836,71	2.625.881,71	-	-	-	Conf. Extrato
110104020	B. BRASIL C/ RESTRICAO C/C 7	-	550.378,97	550.378,97	-	-	-	Conf. Extrato
110104024	B. BRADESCO C/ RESTRICAO C/C	1,00	13.742.823,13	13.742.823,13	1,00	1,00	-	Conf. Extrato

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
11010	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.262.834,00	13.765.191,86	12.862.738,58	2.165.287,28	2.165.287,28	-	
110103008	B. CAIXA ECONOMICA APLIC.(1.	366.207,18	1.178.858,57	1.545.065,75	-	-	-	Conf. Extrato
110103016	B. BRASIL APL. (78.628-4) P.	18.542,52	-	18.542,52	-	-	-	Conf. Extrato
110103017	B. BRASIL APL. 126.318-8 (PA	20.263,81	184.604,83	15.340,12	189.528,52	189.528,52	-	Conf. Extrato

110103018	B.BRASIL APL 135.082-X (P. R	8.810,89	214.488,02	207.262,49	16.036,42	16.036,42	-	Conf. Extrato
110103019	B. BRASIL APL. MMA (C/C 126.	-	12,53	12,53	-	-	-	Conf. Extrato
110103020	B. BRADESCO APL. (C/C 001028	721.775,72	-	721.775,72	-	-	-	Conf. Extrato
110105015	B.B.APLIC.C/ RESTRICAO C/C 1	127.233,88	1.470.103,46	1.312.863,23	284.474,11	284.474,11	-	Conf. Extrato
110105016	B. B. APL.C/RESTRICAO C/C 78	-	309.231,36	204.262,02	104.969,34	104.969,34	-	Conf. Extrato
110105020	B. BRADESCO APLIC. C/RESTR.C	-	10.407.893,09	8.837.614,20	1.570.278,89	1.570.278,89	-	Conf. Extrato

VI.1.4.2 – Das análises nas Contas a Receber - 110201

Este grupo está composto de "CONTAS A RECEBER" no valor de R\$1.999,56 (Um mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos) e "EMPRESTIMOS A RECEBER" no valor de R\$ 50.365,10 (Cinquenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e dez centavos). Segue o quadro:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
110201	CONTAS A RECEBER	52.364,66	56.885,79	28.000,00	81.250,45	81.250,45	-	
110201001	CONTAS A RECEBER	1.999,56	-	-	1.999,56	1.999,56	-	Conf. Controle auxiliar
110201002	EMPRESTIMOS A RECEBER PROJET	50.365,10	56.885,79	28.000,00	79.250,89	79.250,89	-	Conf. Controle auxiliar

Conforme o quadro, não houveram divergências entre os saldos contábeis e os controles auxiliares.

VI.1.4.3 – Das análises nos Impostos a Recuperar - 110202

Realizamos o teste na conta de Impostos a recuperar no ativo com um saldo em 31.12.2019 no valor de R\$1.122,61 (Um mil cento e vinte e dois reais e sessenta e um centavos), tendo sido constatado que a entidade possui a composição das mesmas, verificando que estão devidamente conciliados, conforme quadro a seguir:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)	(1) - (2)	
110202	IMPOSTOS A RECUPERAR	5.238,86	-	4.116,25	1.122,61	1.122,61	-	
110202001	CONTR. SOCIAIS RETIDAS A REC	395,25	-	-	395,25	395,25	-	Conf. Controle auxiliar
110202002	INSS A RECUPERAR	4.719,86	-	4.116,25	603,61	603,61	-	Conf. Controle auxiliar
110202003	PIS A RECUPERAR	123,75	-	-	123,75	123,75	-	Conf. Controle auxiliar

Conforme o quadro, não houveram divergências entre os saldos contábeis e os controles auxiliares.

VI.1.4.4 – Das análises nos Adiantamentos a Fornecedores - 110204

Consta neste grupo consta um saldo de adiantamentos a receber no valor de R\$ 110,06 (cento e dez reais e seis centavos), que vem de períodos anteriores, conforme demonstrado a seguir:

GRUPO DE CONTA : 110204				ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES			
DATA	No. LANCTO	CONTA C. PARTIDA	HISTÓRICO COMPLEMENTO	DEBITO	CREDITO	SALDO	
30042018	142	110102024	PAGO CFE. RECIBO B2W.COMPANHIA DIGITAL				
23052018	141	130101003	P. PLANTAR/BNDES PGTO. NF NFE 7467 PONTOCOMWEB ELETR. P. PLANTAR/BNDES 02 CAMERA DIGITAL NIKON COOLPIX B500 16MP	2.350,20		2.350,20	
			SALDO ATUAL.....	2.350,20	2.240,14		110,06

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
110204	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	110,06	0	0	110,06	110,06	-	
110204002	B2W. COMPANHIA DIGITAL	110,06	0	0	110,06	110,06	-	Conf. Controle auxiliar

Considerando o lapso de tempo, fica nossa recomendação para que seja providenciado a regularização desta pendência de saldo no valor de R\$ 110,06, que vem de períodos anteriores.

VI.1.4.5 – Das análises nas contas do imobilizado - 1301

Conforme já mencionado no relatório anterior e no subitem VI.1.3 deste relatório, os registros consolidados no Imobilizado em 31/12/2019 é de R\$ 4.836.406,68 (quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e oito centavos) as depreciações acumuladas na mesma data resultam um valor de R\$ 1.850.206,63 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, duzentos e seis reais e sessenta e três centavos), resultando assim num valor residual de R\$ 2.986.200,05 (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos reais e cinco centavos), conforme quadro sintético a seguir:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)	
1301	IMOBILIZADO	2.433.309,34	912.512,30	359.621,59	2.986.200,05	2.986.200,05	-
130101	IMOBILIZACOES TANGIVEIS	4.000.028,63	912.512,30	76.134,25	4.836.406,68	4.836.406,68	-
130101002	EDIFICIOS E CONSTRUCOES	697.872,77	296.513,49	0,00	994.386,26	994.386,26	-
130101003	EQUIP. MAQUINAS E INSTALACOE	569.500,85	41.505,97	0,00	611.006,82	611.006,82	-
130101004	VEICULOS	520.186,00	293.101,82	0,00	813.287,82	813.287,82	-
130101005	MOVEIS E UTENSILIOS	77.018,18	0,00	31.414,59	45.603,59	45.603,59	-
130101006	EQUIP. PROC. DADOS C/ RESTRI	303.584,25	0,00	44.719,66	258.864,59	258.864,59	-
130101007	SOFTWARE	41.586,88	12.972,05	0,00	54.558,93	54.558,93	-
130101009	EQUIP.MAQ.INSTAL.C/RESTRICAO	277.268,70	28.283,94	0,00	305.552,64	305.552,64	-
130101010	VEICULOS C/ RESTRICAO	1.479.165,09	0,00	0,00	1.479.165,09	1.479.165,09	-
130101011	MOVEIS E UTENSILIOS C/ RESTR	9.999,00	20.135,03	0,00	30.134,03	30.134,03	-
130101012	EQUIP.PROC.DADOS C/RESTRICAO	23.846,91	0,00	0,00	23.846,91	23.846,91	-
130101014	TERRENOS	0,00	220.000,00	0,00	220.000,00	220.000,00	-

130102	(-)AMORTIZACAO E DEPRECIACAO	-1.566.719,29	0,00	283.487,34	-1.850.206,63	-1.850.206,63	-
130102001	(-) S/ EDIFICIOS E CONSTRUCO	-193.332,04	0,00	17.750,34	-211.082,38	-211.082,38	-
130102002	(-) S/ EQUIP. MAQUINAS E INS	-349.990,39	0,00	50.472,44	-400.462,83	-400.462,83	-
130102003	(-) S/ MOVEIS E UTENSILIOS	-36.609,69	0,00	5.651,83	-42.261,52	-42.261,52	-
130102004	(-) S/ VEICULOS	-812.448,15	0,00	190.447,16	-1.002.895,31	-1.002.895,31	-
130102005	(-) S/ EQUIP. DE PROCES. DE	-132.752,14	0,00	19.165,57	-151.917,71	-151.917,71	-
130102006	(-) AMORT. ACUMULADA S/ SOFT	-41.586,88	0,00	0,00	-41.586,88	-41.586,88	-

VI.1.5 – Das análises relacionadas às CONTAS DO PASSIVO

Do mesmo modo que nas contas do Ativo, neste subitem são feitos comentários da auditoria de 2019, relacionados aos testes realizados nas contas do Passivo e as considerações pertinentes.

VI.1.5.1 – Das análises nas contas dos impostos e contribuições a pagar – 210101

Fazendo parte dos testes neste grupo, realizamos cruzamentos dos saldos registrados na contabilidade com as com as guias pagas em 2020 e não encontramos divergências, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
210101	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES	93.933,75	209.742,86	130.966,16	15.157,05	15.157,05	-	
210101001	INSS A RECOLHER	61.742,41	68.441,61	12.985,00	6.285,80	6.285,80	-	Conf. Controle auxiliar
210101002	IRRF A RECOLHER	9.563,23	92.489,21	83.447,84	521,86	521,86	-	Conf. Controle auxiliar
210101003	ISS A RECOLHER	6.537,56	31.739,56	29.501,74	4.299,74	4.299,74	-	Conf. Controle auxiliar
210101004	FGTS A RECOLHER	13.361,21	13.361,21	0	0	-	-	Conf. Controle auxiliar
210101005	PIS S/ FOLHA A RECOLHER	1.520,72	1.520,72	0	0	-	-	Conf. Controle auxiliar
210101006	CONTRIB. SOCIAIS RETIDAS	1.208,62	2.190,55	5.031,58	4.049,65	4.049,65	-	Conf. Controle auxiliar

Conforme observa-se na tabela retro, não foram detectadas divergências entre o controle auxiliar e os registros contábeis.

VI.1.5.2 – Das análises nas contas de Recursos de Convênios a Aplicar – 2104

Conforme já mencionado no relatório anterior, neste grupo de contas, conforme normas contábeis brasileiras, harmonizadas internacionalmente, devem ser registrados os recursos recebidos de Projetos com obrigações de prestação de contas e possível devolução por não utilização do recurso, bem como devem ser registradas nele também os rendimentos financeiros dos valores aplicados em instituições financeiras, até que seja necessária sua utilização nos projetos, não podendo, pois, serem contabilizados em receitas financeiras tais rendimentos, de forma direta.

Como mencionado neste relatório quanto tratou dos recursos existentes em instituições financeiras do Ativo (grupo 110102 e 110103), a entidade possui contratos de projetos, desdobrado em Convênios firmados sem a característica de projetos e com a característica de projetos.

Em 2019, analisando os saldos constantes do balancete consolidado, o saldo deste grupo no passivo, Recursos a Aplicar é de R\$ 1.843.286,09 (Um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e nove centavos), verificamos que a ocorrência foi solucionado.

VI.1.5.3 – Das análises nas contas de Empréstimos a pagar – 2105

Verificamos na contabilidade na conta de “Empréstimos a pagar entre projetos” no passivo um saldo no valor de R\$ 50.623,02 (cinquenta mil, seiscentos e vinte três reais e dois centavos, conforme demonstrado a seguir:

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDOS - 31/12/2019		DIF. ENTRE SALDOS (1) - (2)	OBSERVAÇÕES:
					SALDO CONTÁBIL (1)	FINANCEIRO (2)		
210501	EMPRESTIMOS A PAGAR	50.365,10	51.025,73	51.284,02	50.623,39	50.623,39	-	
210501001	EMPRESTIMOS A PAGAR ENTRE PR	50.365,10	23.025,73	23.284,02	50.623,39	50.623,39	-	Conf. Controle auxiliar
210501002	EMPRESTIMO A PAGAR (P. SEM.P	-	28.000,00	28.000,00	-	-	-	Conf. Controle auxiliar

Ante o exposto, constatamos que não houveram divergências entre os saldos registrados na contabilidade com seus controles auxiliares.

VI.1.5.4 – Das análises nas contas do Patrimônio Social – 2301

Este grupo contábil tem a finalidade de registrar a movimentação do Patrimônio Social da entidade, durante sua existência.

De acordo com o balancete apresentado, o mesmo está composto em 31/12/2019 das seguintes contas, totalizando R\$ 3.324.904,92 (Três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e quatro reais e noventa e dois centavos):

- a) Superávit do Exercício – Saldo de R\$ 472.510,43;
- b) Déficit do Exercício – Saldo de (R\$ 653.335,61);
- c) Patrimônio Social – R\$ 1.335.242,22;
- d) Superávit Acumulados – R\$ 1.639.928,80
- e) Ajustes por Avaliação Patrimonial – R\$ 53.559,08.

CÓDIGO	NOME	SALDO ANTERIOR	DEBITO	CREDITO	SALDO CONTÁBIL
2301	PATRIMONIO SOCIAL	2.880.952,78	27.885.284,28	28.329.236,42	3.324.904,92
230101	RESULTADOS	2.880.952,78	27.885.284,28	28.329.236,42	3.324.904,92
230101003	DEFICITS ACUMULADOS	-	1.832.206,71	1.832.206,71	-
230101004	SUPERAVIT DO EXERCICIO	368.033,52	368.033,52	472.510,43	472.510,43
230101005	DEFICIT DO EXERCICIO	- 707.388,32	653.335,61	707.388,32	- 653.335,61
230101006	PATRIMONIO SOCIAL	-	734.842,65	2.070.084,87	1.335.242,22
230101007	SUPERAVITS ACUMULADOS	1.563.533,77	6.662.993,69	6.739.388,72	1.639.928,80
230101008	AJUSTES POR AVALIACAO PATRIM	-	76.134,25	606.693,33	530.559,08

VI.1.6 – Das análises relacionadas às CONTAS DE RESULTADO

VI.1.6.1 – Das Análises do Grupo Receitas - Conta 3

Neste item são feitos comentários sobre a análise das Receitas de 2019, relacionadas de forma individual ao total da Receita no valor de R\$ 7.819.045,95 (sete milhões, oitocentos e dezenove mil, quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), destacando os valores e percentuais de maior relevância.

ANÁLISE DAS RECEITAS DO PERÍODO - 2019			
Conta	Descrição	Saldo Atual	% sobre ROB
3	RECEITAS	7.819.045,95	100,00%
31	OPERACIONAIS - COM RESTRICAO	6.638.904,88	84,91%
3101	CONVENIOS E PROJETOS	5.526.621,94	70,68%
310101	CONVENIOS E PROJETOS	5.526.621,94	70,68%
310101010	PETROBRAS	1.138.950,10	14,57%
310101015	PROJETO MISEREOR	237.286,75	3,03%
310101016	PROJETO PLANTAR - BNDES	4.150.385,09	53,08%
3102	SERVICOS PRESTADOS	466.683,75	5,97%
310201	SERVICOS PRESTADOS	466.683,75	5,97%
310201001	SERVICOS PRESTADOS PJ	466.683,75	5,97%
3103	DOACOES	645.599,19	8,26%
310301	DOACOES	645.599,19	8,26%
310301001	DOACOES RECEBIDAS PF	52,99	0,00%
310301002	DOACOES RECEBIDAS PJ	645.546,20	8,26%
32	RECEITAS OPERACIONAIS - SEM	1.180.141,07	15,09%
3201	RECEITAS FINANCEIRAS	1.180.141,07	15,09%
320101	RECEITAS FINANCEIRAS	1.179.943,07	15,09%
320101001	RENDIMENTOS S/ APLIC. FINANC	1.179.943,07	15,09%
320104	DOACOES	198	0,00%
320104001	DOACOES RECEBIDAS PF	198	0,00%

Conforme quadro das receitas, destacam-se de forma relevante as Receitas com Doações (310101016 – PROJETO PLANTAR – BNDES) no montante de R\$ 4.150.385,09 (Quatro Milhões, Cento e cinquenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e nove centavos), representando 53,08% de toda Receita, e em segundo lugar (320101001 – RENDIMENTOS SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS) no montante de R\$ 1.179.943,07 (Um milhão, cento e setenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e sete centavos), representando 15,09% de toda Receita em 31/12/2019.

VI.1.6.2 – Das Análises do Grupo Despesas - Conta 4

ANÁLISE DAS DESPESAS DO PERÍODO - 2019			
Conta	Descrição	Saldo Atual	% sobre ROB
4	DESPESAS	7.992.090,27	100,00%
41	DESPESAS OPERACIONAIS	7.992.090,27	100,00%
4101	DESPESAS OPERACIONAIS	7.992.090,27	100,00%
410101	DESPESAS COM PESSOAL	347.987,65	4,35%
410101003	ALIMENTACAO	7.933,31	0,10%
410101004	PREMIOS E GRATIFICACOES	343.726,62	4,30%
410101005	VIAGENS E ESTADAS	12.025,00	0,15%
410101008	ORDENADOS E SALARIOS	3.187,80	0,04%
410101010	13º SALARIO	265,65	0,00%
410101011	DIARIAS	3.635,00	0,05%
410101013	RESCISAO CONTRATUAL	-23.025,73	-0,29%
410101014	AUXILIO TRANSPORTE	240	0,00%
410102	ENCARGOS SOCIAIS	15.920,95	0,20%
410102001	INSS	15.713,05	0,20%
410102002	FGTS	207,9	0,00%
410103	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	518.187,77	6,48%
410103001	LEGAIS E JUDICIAIS	6.053,05	0,08%
410103002	DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	283.487,34	3,55%
410103004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	12.998,64	0,16%
410103005	MANUTENCAO DE VEICULOS	625,51	0,01%
410103006	SERVICOS DE TERCEIROS PJ	96.417,14	1,21%
410103007	SERVICOS DE TERCEIROS PF	42.465,00	0,53%
410103010	POSTAIS	151	0,00%
410103012	AJUDA DE CUSTO	17.555,00	0,22%
410103015	PASSAGENS TERRESTRES	183,99	0,00%
410103016	PASSAGENS AEREAS	27.051,10	0,34%
410103019	ALUGUEIS DE MAQUINAS E EQUI	1.200,00	0,02%
410103020	HONORARIOS ADVOCATICIOS	30.000,00	0,38%
410104	DESPESAS TRIBUTARIAS	32.630,61	0,41%
410104001	IPTU	1.489,08	0,02%
410104002	PIS S/ FOLHA	23,1	0,00%
410104003	JUROS FISCAIS	2.770,33	0,03%
410104004	MULTAS FISCAIS	254	0,00%
410104006	I. O. F.	971,53	0,01%
410104008	ISS	22.276,61	0,28%
410104009	TAXAS	261,52	0,00%
410104010	IPVA	184,44	0,00%
410104011	ITBI	4.400,00	0,06%

410105	UTILIDADES E SERVICOS	26.777,50	0,34%
410105003	TELECOMUNICACOES	264,62	0,00%
410105004	SEGUROS	930,41	0,01%
410105005	MATERIAIS E SUPRIMENTOS	25.582,47	0,32%
410106	DESPESAS FINANCEIRAS	15.041,27	0,19%
410106003	TARIFAS BANCARIAS	15.041,27	0,19%
410107	ATIVIDADES DO PROJETO	3.785,49	0,05%
410107001	LANCHES E REFEICOES	3.785,49	0,05%
410109	ADMINISTRACAO DO PROJETO	10.989,45	0,14%
410109002	ENERGIA ELETRICA	88,22	0,00%
410109003	MANUTENCAO DE IMOVEL	1.280,00	0,02%
410109005	TARIFAS BANCARIAS	9.058,40	0,11%
410109010	SERVICOS TERCEIROS PJ	140	0,00%
410109011	DESPESAS POSTAIS	338,25	0,00%
410109013	SEGUROS	84,58	0,00%
410110	LOGISTICA	-479,26	-0,01%
410110005	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	-491,57	-0,01%
410110006	ALIMENTACAO E HOSPEDAGEM	12,31	0,00%
410113	MAQUINAS EQUIP. E OUTROS BEN	3.290,00	0,04%
410113001	BENS DE PEQUENO VALOR	3.290,00	0,04%
410114	DESPESAS ADMINISTRATIVAS - C	21.558,39	0,27%
410114001	LUZ VIVEIRO	8.302,86	0,10%
410114002	MATERIAL DE LIMPEZA	7.022,53	0,09%
410114003	TAXAS DE FUNCIONAMENTO DOS V	4.900,35	0,06%
410114004	TELEFONE E INTERNET	1.332,65	0,02%
410115	INSUMOS	748.211,79	9,36%
410115001	ADUBO NPK OU OUTRAS FORMULAS	6.735,60	0,08%
410115002	AREIA LAVADA	2.192,60	0,03%
410115003	PROPAGULOS	28.761,33	0,36%
410115004	SACOLAS PARA MUDAS	1.880,00	0,02%
410115007	ARAME PARA CERCAMENTO	228.566,26	2,86%
410115008	CALCARIO DOLOMITICO	300	0,00%
410115009	CATRACA	42.750,00	0,53%
410115010	ESTACA PARA CERCA	437.026,00	5,47%
410116	LOGISTICA	137.007,56	1,71%
410116001	COMBUSTIVEL DE VEICULOS	110.362,95	1,38%
410116002	DIARIA DE CAMPOS TECNICOS	26.644,61	0,33%
410117	MAQUINAS, EQUIP. E OUTROS BE	152.316,54	1,91%
410117003	EPI (EQUIP. PROTECAO INDIVID	12.299,27	0,15%
410117005	FERRAMENTAS	7.822,06	0,10%
410117007	LICENCIAMENTO DE VEICULOS	15.887,12	0,20%
410117016	MANUTENCAO VEICULOS	81.076,91	1,01%
410117021	SEGURO VEICULOS	35.231,18	0,44%
410118	OBRAS CIVIS E INSTALACOES	273	0,00%
410118001	SISTEMA DE IRRIGACAO DOS VIV	273	0,00%
410119	SERVICO DE APOIO	137.902,62	1,73%
410119001	MANUTENCAO VIVEIROS	19.665,97	0,25%
410119002	MAO DE OBRA (PF) APOIO AO VI	78.217,28	0,98%
410119003	LOCACAO DE CACAMBA	20.688,50	0,26%
410119004	LOCACAO DE TRATOR CONCHA	2.125,00	0,03%
410119005	MOTORISTA AUTONOMO (PF)	9.541,69	0,12%
410119007	BLOCO FICHAS DE ATENDIMENTO	3.830,00	0,05%
410119008	SERVICOS TRATORISTA (PF)	3.834,18	0,05%

410120	RECURSOS HUMANOS	570.885,21	7,14%
410120001	ENGENHEIRO	169.658,49	2,12%
410120003	TECNICO PRADA	65.168,98	0,82%
410120004	VIVEIRISTA CHEFE	50.444,95	0,63%
410120005	VIVEIRISTA CHEFE/ COLETOR DE	43.414,22	0,54%
410120006	VIVEIRISTA FLORESTAL	242.198,57	3,03%
410122	LOGISTICA	175.058,43	2,19%
410122001	COMBUSTIVEL TECNICOS	48.843,57	0,61%
410122002	DIARIA DE CAMPO TECNICOS	31.441,37	0,39%
410122003	ALIMENTACAO E HOSP. CAPAC. P	5.168,71	0,06%
410122004	ALIMENTACAO E HOSP. CAPAC. T	43.585,24	0,55%
410122005	ALIMENTACAO E HOSP. INTERC.	5.477,10	0,07%
410122007	PASSAGENS DE ONIBUS- CAPAC.	5.614,80	0,07%
410122008	ALIMENTACAO - REUNIAO NUC. M	5.290,21	0,07%
410122009	ALIMENTACAO E HOSP. REUNIOOE	15.300,00	0,19%
410122010	ALIMENTACAO E HOSP. - REUNIO	855,92	0,01%
410122011	LOCACAO DE ONIBUS VAN- CAP.	6.125,00	0,08%
410122012	LOCACAO DE ONIBUS VAN- CAP.	3.800,00	0,05%
410122013	PASSAGEM DE ONIBUS- REUNIOES	2.406,51	0,03%
410122014	PASSAGEM DE ONIBUS - REUNIOE	350	0,00%
410122015	LOCACAO DE ONIBUS VAN - INTE	800	0,01%
410123	MAQ. EQUIPAMENTOS E OUTROS B	73.724,38	0,92%
410123005	LICENCIAMENTO DE VEICULOS	15.568,00	0,19%
410123006	MANUTENCAO DE VEICULOS	33.217,97	0,42%
410123008	MESA DE ESCRITORIO	504,62	0,01%
410123012	SEGURO DE VEICULOS	24.433,79	0,31%
410124	SERVICOS DE APOIO	59.900,42	0,75%
410124002	BANNER	1.296,80	0,02%
410124003	CARTILHAS	11.988,00	0,15%
410124005	FOLDERS	8.842,40	0,11%
410124006	INFORMATIVOS	13.680,00	0,17%
410124007	MINI VIDEOS ACOES E PROJETOS	16.680,00	0,21%
410124008	SITIO ELETRONICO	4.733,82	0,06%
410124009	SPOT DE RADIO	2.679,40	0,03%
410125	RECURSOS HUMANOS	776.584,46	9,72%
410125001	COORDENADOR DE EXTENSAO RURA	117.321,27	1,47%
410125002	COORDENADOR DE EDUCACAO E EX	66.918,26	0,84%
410125003	EDUCADOR - AGENTE DINAMIZACA	21.968,54	0,27%
410125004	EDUCADOR AMBIENTAL	28.055,12	0,35%
410125005	EXTENSIONISTA RURAL	359.372,50	4,50%
410125006	EXTENSIONISTA RURAL / SUPERV	61.330,12	0,77%
410125007	EDUCADOR (A) AGENTE ORGANIZA	97.432,13	1,22%
410125008	SUPERVISOR DE EXTENSAO RURAL	24.186,52	0,30%
410126	CONSULTORIAS E PREST. DE SER	50.745,31	0,63%
410126001	CONSULTORIAS CARBONOCOBERT.	50.745,31	0,63%
410127	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.173,81	0,03%
410127001	MATERIAL CONSUMO DE CAMPO	2.173,81	0,03%

410128	LOGISTICA	34.476,48	0,43%
410128001	COMBUSTIVEL VEICULO	15.392,47	0,19%
410128002	DIARIA DE CAMPO TECNICOS	15.342,01	0,19%
410128013	PASSAGEM AEREA	3.742,00	0,05%
410129	MAQUINAS-EQUIPAMENTOS E OUTR	11.030,53	0,14%
410129014	MANUTENCAO VEICULOS 4X4	11.030,53	0,14%
410131	RECURSOS HUMANOS	266.244,61	3,33%
410131002	GEOTECNOLOGO	60.845,70	0,76%
410131003	GERENCIA DA GEOTECNOLOGIA PE	165.292,99	2,07%
410131004	TECNICO TI	40.105,92	0,50%
410132	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	45.358,10	0,57%
410132001	ENERGIA ELETRICA	11.972,30	0,15%
410132002	INTERNET	1.154,70	0,01%
410132003	SEGURO PREDIAL	2.000,00	0,03%
410132004	SERVICOS POSTAIS IMPRESSAO E	1.834,68	0,02%
410132005	TELEFONE	659,89	0,01%
410132006	PLANO TELEFONIA MOVEL - USO	21.540,77	0,27%
410132007	MATERIAL DE ESCRITORIO	6.195,76	0,08%
410133	LOGISTICA	29.865,13	0,37%
410133001	AJUDA DE CUSTO (VIAGEM INTE	1.600,00	0,02%
410133002	COMBUSTIVEL	19.352,48	0,24%
410133003	DIARIA CAMPO TECNICOS	8.912,65	0,11%
410134	MAQUINAS EQUIP. E OUTROS BEN	43.136,56	0,54%
410134001	LICENCIAMENTO DE VEICULOS	3.013,15	0,04%
410134002	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	16.951,82	0,21%
410134003	MANUTENCAO DE VEICULOS	11.601,54	0,15%
410134004	SEGURO VEICULOS	10.738,13	0,13%
410134007	HD ALTO DESEMPENHO	831,92	0,01%
410135	OBRAS CIVIS E INSTALACOES	67.473,32	0,84%
410135001	AMPLIACAO E ADEQUACAO ESTRUT	67.473,32	0,84%
410136	SERVICOS DE APOIO	203.268,79	2,54%
410136001	ASSESSORIA JURIDICA	53.100,00	0,66%
410136002	AUDITORIA EXTERNA	76.000,00	0,95%
410136003	CONTABILIDADE	52.240,80	0,65%
410136004	MANUTENCAO SITEMA GESTAO DO	21.927,99	0,27%
410137	RECURSOS HUMANOS	526.140,56	6,58%
410137001	ANALISTA ADMINISTRATIVO	131.355,30	1,64%
410137002	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	-24.196,10	-0,30%
410137003	GERENCIA ADMINISTRATIVA FINA	169.660,43	2,12%
410137004	GERENCIA GERAL DO PROJETO	156.952,24	1,96%
410137005	EXAMES PERIODICOS E LAUDOS T	5.639,61	0,07%
410137007	SUPERVISOR DE LOGISITICA	38.336,88	0,48%
410138	CUSTOS FIXOS	18.416,87	0,23%
410138001	LUZ	15.102,31	0,19%
410138002	TELEFONE/INTERNET	2.527,89	0,03%
410138003	DESPESAS DE POSTAGEM	786,67	0,01%
410139	PESSOAL	461.423,44	5,77%
410139001	FOLHA DE PAGAMENTO	348.833,27	4,36%
410139002	DIARIAS DE TRABALHO AUTONOMO	40.621,96	0,51%
410139003	CONSULTORIAS	53.486,18	0,67%
410139004	ESTAGIARIOS	18.482,03	0,23%
410140	ENCARGOS SOCIAIS	200.330,11	2,51%
410140001	INSS	144.781,56	1,81%
410140002	PIS	3.849,67	0,05%
410140003	FGTS	31.881,88	0,40%
410140004	IRRF	19.817,00	0,25%

410141	EQUIPAMENTOS TEC. E INSTALAC	16.142,89	0,20%
410141002	EQUIPAMENTOS TECNICOS	6.880,23	0,09%
410141004	EPI (EQUIPAMENTOS DE PROTECA	4.085,51	0,05%
410141005	OBRA E REFORMA	5.177,15	0,06%
410142	CAPACITACAO (SEMINARIOS, OFI	79.885,82	1,00%
410142002	ALIMENTACAO	25.971,10	0,32%
410142003	EVENTOS	53.914,72	0,67%
410143	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS (92.794,05	1,16%
410143001	PASSAGENS	28.554,78	0,36%
410143002	HOSPEDAGEM	21.115,06	0,26%
410143003	TRANSPORTE	8.850,00	0,11%
410143004	DIARIA (ALIMENTACAO E DESLOC	34.274,21	0,43%
410144	DESPESAS BASICAS	123.743,11	1,55%
410144001	MATERIAIS TECNICOS	56.628,91	0,71%
410144002	MATERIAIS DE ESCRITORIO	4.509,71	0,06%
410144003	MATERIAIS DE LIMPEZA	966,21	0,01%
410144004	MANUTENCAO DE VEICULOS	13.086,15	0,16%
410144005	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	13.935,97	0,17%
410144006	ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPA	9.040,00	0,11%
410144007	SEGUROS	8.494,55	0,11%
410144008	COMBUSTIVEL	17.081,61	0,21%
410145	COMUNICACAO	105.142,73	1,32%
410145001	BOLSA DE VIAGEM	14.740,00	0,18%
410145003	MIDIAS SOCIAIS	9.620,00	0,12%
410145004	BANNERS	367,6	0,00%
410145005	FOLDER	875	0,01%
410145006	CARTAZ	371,19	0,00%
410145007	CAMISETA	18.060,00	0,23%
410145008	CHAPEU AUSTRALIANO	9.400,00	0,12%
410145009	SACOLA ECO	4.968,00	0,06%
410145011	INFORMATIVO	8.633,50	0,11%
410145012	CARTILHA	14.600,00	0,18%
410145013	PEN DRIVE	8.800,00	0,11%
410145015	ADESIVAGEM DE VEICULOS	67,44	0,00%
410145016	VIDEO DOCUMENTARIO	14.640,00	0,18%
410146	SERVICOS TERCERIZADOS	19.135,84	0,24%
410146001	SERVICO DE CONTABILIDADE	19.135,84	0,24%
410147	INVESTIMENTOS (PROJ. MISEREO	6.651,20	0,08%
410147002	BIODIGESTORES	5.781,20	0,07%
410147003	AQUISICAO SEMENTES PARA HORT	870	0,01%
410148	PESSOAL (PROJ. MISEREOR)	177.508,98	2,22%
410148001	COORDENADOR PROJETO	52.027,25	0,65%
410148003	TECNICO AGRICOLA	52.621,31	0,66%
410148005	EDUCADOR POPULAR	46.494,46	0,58%
410148007	CONTABILIDADE CONTRATAÇÃO PJ	13.099,74	0,16%
410148010	DESPESA VIAGEM/PASSAGEM TRAI	1.266,22	0,02%
410148011	PER DIEM TRAINER BIODIGESTER	12.000,00	0,15%

410149	ATIVIDADES DO PROJETO (PROJ.)	15.543,19	0,19%
410149001	DESPESAS DE (AJUDA DE CUSTO)	1.774,19	0,02%
410149002	VIDEO DE 5 MINUTOS SOBRE PRO	2.280,00	0,03%
410149006	DESPESA DE TRANSPORTE CUJIBI	226	0,00%
410149008	DESPESA DE TRANSPORTE VIAGEN	553,26	0,01%
410149009	ONIBUS PARA DIA DE CAMPO	56	0,00%
410149010	ALMOCO PARA TODOS OS PARTICI	6.810,16	0,09%
410149011	AJUDA DE CUSTO PARA OS PARTI	2.438,05	0,03%
410149012	CUIDADORA (3 PESSOAS) DE CRI	534	0,01%
410149015	AJUDA DE CUSTO HOSP. E ALIM.	871,53	0,01%
410150	PROJECT ADMINISTRATION (PROJ	22.838,86	0,29%
410150001	AUDITORIA EXTERNA	8.800,00	0,11%
410150005	MANUTENCAO MOTO	1.634,77	0,02%
410150007	COMBUSTIVEL	2.016,21	0,03%
410150008	CONSUMABLES FOR OPERACION, A	10.387,88	0,13%
410151	DEVOLUCAO DE RECURSOS	1.545.065,75	19,33%
410151001	DEVOLUCAO RECURSOS MDA	1.545.065,75	19,33%

Nas análises das Despesas, consta a conta: 410151001 – DEVOLUÇÃO RECURSOS MDA com R\$ 1.545.065,75 (Um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), representando a 19,33% do total da Despesa da RIOTERRA e em segundo lugar a conta 410115010 – ESTACA PARA CERCA no montante de R\$ 437.026,00 (Quatrocentos e trinta e sete mil e vinte e seis reais), correspondendo a 5,47% da Despesa total em 31/12/2019.

VI.1.7 – Da falta de segregação das contas em Recursos com e sem Restrição, nos termos da ITG-2002 (R1) de 21/08/2015

A luz da referida norma, aprovada pela Resolução 1409 do CFC, ajustado pela Revisão 1 efetuada, a divulgação gráfica nas demonstrações contábeis devem atender esta segregação, a partir do registro do seu plano de contas, tanto os recursos circulantes quanto os não circulantes, bem como as receitas operacionais, conforme exemplo a seguir transcrito, obtido na norma em referência:

	20x1	20x0
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa		
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição		
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		

Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição		
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição		
Valores a Receber		
	20x1	20x0
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Educação		
Programa (Atividades) de Saúde		
Programa (Atividades) de Assistência Social		
Programa (Atividades) de Direitos Humanos		
Programa (Atividades) de Meio Ambiente		
Outros Programas (Atividades)		
Gratuidades		
Trabalho Voluntário		
Rendimentos Financeiros		
Sem Restrição		
Receitas de Serviços Prestados		
Contribuições e Doações Voluntárias		
Ganhos na Venda de Bens		
Rendimentos Financeiros		
Outros Recursos Recebidos		

De acordo com a norma, devem ser escriturados na contabilidade, com segregação de Contas com Restrição e Sem Restrição, tanto de contas ativas, quanto passivas e de resultados, como forma de evidenciar estes registros e demonstrar com facilidade nas demonstrações financeiras, todos os saldos envolvidos.

Em análise aos testes realizados na contabilidade de 2019, constatamos que a entidade fez as implementações no seu plano de contas, a tal segregação, bem como feitos os registros contábeis da mesma forma, atendendo assim o que prescreve as normas.

VI.1.8 – Dos testes realizados em cumprimento às Provisões sobre ações Passivas

Fazendo parte dos procedimentos de auditoria, solicitamos e foi-nos disponibilizada resposta formal do departamento jurídico da RIOTERRA, na qual é mencionado textualmente que até a data de 04/06/2020, a entidade não possui nenhum processo em quaisquer das esferas, em nome da entidade. Assim, confirmou-se a não necessidade de provisão, nem de citação em notas explicativas de referidas ações.

VI.1.9 – Dos comentários sobre a situação financeira, patrimonial e econômica, conforme Demonstrações Financeiras de 31/12/2019

Durante nossos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras findas em 31/12/2019, tomando-se por base os dados contidos em nossos papéis de trabalho e aqueles divulgados pela entidade, podem-se tecer as seguintes considerações:

a) Situação Financeira:

O montante dos direitos circulantes da instituição é de R\$ 2.247.771,40 (Dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e setenta e um reais e quarenta centavos), enquanto as obrigações totalizam R\$ 1.909.066,53 (Um milhão, novecentos e nove mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos), apresentando solvência de R\$ 338.704,87 (Trezentos e trinta e oito mil, setecentos e quatro reais e oitenta e sete centavos). Dando sequência na análise da Demonstração do Fluxo de Caixa, constatou-se que a entidade gerou caixa nas atividades operacionais no valor de R\$ 1.110.121,18 (Um milhão, cento e dez mil, cento e vinte um reais e dezoito centavos), tendo consumido caixa nas Atividades de Investimentos no valor de (R\$ 344.155,45) (Trezentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e ao final, houve consumo nas atividades de Financiamento no valor de (R\$ 563.537,04) (Quinhentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e quatro centavos), no geral na variação líquida de caixa foi consumido caixa no valor de R\$ 890.739,59 (Oitocentos e noventa mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), conforme D.F.C 2019

b) Situação Patrimonial/Investimentos:

O montante líquido dos Bens tangíveis registrados na contabilidade em 31/12/2019 foi de R\$ 2.986.200,15 (Dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos reais e quinze centavos), resultado da soma bruta de R\$ 4.836.406,68 (Quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e oito centavos) de valor original, deduzido de R\$ 1.850.206,63 (Um milhão, oitocentos e cinquenta mil, duzentos e seis reais e sessenta e três centavos) das Depreciações Acumuladas dos valores originais.

c) Situação Econômica:

O Superávit/(Déficit) líquido de suas operações apurado em 2019 foi de R\$ (173.044,32) (Cento e setenta e três mil, quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), conforme informado na D.R.E 2019.

VI.1.10 – Dos aspectos relacionados às verificações nos controles internos

Objetivando a realização de nossos trabalhos, além de analisar os documentos disponibilizados, como Regimento Interno e Código de Ética, também foram realizadas análises nos departamentos administrativos da entidade (Compras, contas a pagar e contas a receber, tesouraria, logística / pessoal e RH / TI / contabilidade), com o objetivo de não só testar a efetividade dos controles formalizados, como também verificar possíveis anormalidades.

Segue os levantamentos efetuados e os comentários correspondentes, quanto aos processos de controle interno institucional.

VI.1.10.1 – Dos departamentos analisados

- **Processos de Desempenho na Logística - (Sistema de informática em desenvolvimento – SUITE)**

Procedendo às análises da auditoria, ao indagar ao responsável, foi-nos reportado que existe um controle de diárias, através de requisições e solicitações, de veículos, hospedagem e refeição, verificando as possibilidades de permanência nas localidades, visitadas. Informou ainda que existe todo um processo no envio das atribuições, tais como:

1. Separação por Eixos de Trabalho;
2. Rateios dos Custos;
3. Valor de Ajuda de Custo de refeição R\$ 25,00;
4. Hospedagem R\$ 70,00;

5. Prestação de Contas por Recibos, anexando os documentos válidos, conforme manual de controle interno;
6. É feito um check list na entrega do veículo para o solicitante e na volta é feita outro check list de entrega do veículo.
7. As multas quem paga e o condutor;

Verificamos que sempre são definidos valores iguais para todos os colaboradores de todos os departamentos, sem exceção de função ou cargo. Constatamos ainda que participa também dos processos de compras, nos quais procedem aos orçamentos para aquisição em meios às cotações de suplementos, informática, material de expediente, material geral na execução dos projetos.

- **Processos de Compras e Aquisições - (Sistema de informática em desenvolvimento – SUITE)**

Em análise ao setor, foi detalhado o processo de aquisição no ambiente e compras, com 03 cotações e atendendo o regimento interno estabelecido no contrato de aquisição de qualquer natureza, tendo como base o custo benefício e não somente o menor preço, destacando casos técnicos e pontuais, assim como a cada setor no caso de solicitação técnica tendo o pessoal específico de cada área, tão logo os casos pontuais sejam definidos, são efetuadas cotações.

Constatamos ainda, que ao julgar qual melhor aquisição, é feito o pagamento e posteriormente repassada para a Tesouraria para fazer a formalização/instrumentalização dos gastos, identificando qual projeto irá fazer o desembolso e lançar na rubrica específica do projeto.

Cabe destacar que foram observadas nas Contas a Pagar e Contas a Receber a existência de controle informatizado, com as ferramentas de opções de pagamento e recebimento; à vista, via transferência, Boletos, Cartões e/ou emissão de cheques.

- **Processos de Identificação dos Gastos - (Sistema de informática em desenvolvimento – SUITE)**

Em análise realizadas as informações realizadas pelo setor de compras, contas a pagar e contar a receber, foi confirmado que ela é a responsável por verificar e acompanhar o Planejamento Orçamentário de todos os projetos em execução, alocando os gastos dos mesmos em todas as suas respectivas rubricas orçamentárias. De acordo com informações, todos os processos são acompanhados e realizados via sistema.

Contudo, para os projetos, foi confirmado existirem contas específicas para cada um, mas considerando a necessidade dos desembolsos, são feitas alocações em seus controles entre os projetos, com restituição a posteriori, quando os recursos são recebidos de forma individual.

- **Processos de Desenvolvimento na Gestão de Pessoal - (Sistema de informática em desenvolvimento – SUITE)**

Continuando as análises da auditoria verificamos que para as contratações são emitidos editais, análises de curriculum, registro no *e-Social* para formalização de funcionários, bem como emissão e elaboração de Recibo de Prestadores de Autônomos (RPA) e solicitação de Micro Empreendedor Individual (MEI), para legalização, diminuição e extinção de possíveis sanções.

Objetivando a elaboração da folha de pagamento no escritório contábil, existe a conferência da folha de pagamento após a validação do ponto eletrônico, mês a mês, sempre elaborado pelo sistema.

Foi verificado o processo de Compliance na sua execução, contratos de comodato na utilização de bens ativos da entidade por todos os funcionários e colaboradores.

- **Processos de Desenvolvimento na Parametrização Contábil X Sistema de Informática - (Sistema de informática em desenvolvimento – SUITE)**

Certificamos que a RIOTERRA, desenvolveu um software que contém todos os setores e rotinas, possibilitando desta forma a integração retro mencionada, reduzindo desta forma a possibilidade de inserção de dados em desconformidade com a sua real ocorrência, evitando desta forma o reprocessamento de dados.

Também foi verificado pela auditoria que, com o intuito de facilitar a comunicação entre os sistemas e para atender as normas contábeis brasileiras, harmonizadas internacionalmente, foi acordado entre o consultor que desenvolveu o software e o responsável pela contabilidade externa, implantar todas as recomendações pertinentes as normas contábeis.

VI.1.10.2 – Dos equipamentos para segurança e armazenamento de dados

Durante a realização dos trabalhos de auditoria, podemos constatar que, levando em consideração a quantidade de dados produzidos ao longo de quase dois anos de projeto em execução, pela RIOTERRA, o servidor que recebe estas informações encontra-se com espaço de armazenamento sobrecarregado, o que poderá comprometer o processamento e armazenamento dos dados produzidos futuramente, visto que as ações do projeto estão previstas até março de 2022, e com o compromisso de manter esses dados até após o encerramento.

Cabe ressaltar que a RIOTERRA, possui atendimento no Projeto Plantar e também em outros projetos, para muitos beneficiários em mais de 12 municípios, gerando produção de dados e informações diariamente.

Ante o exposto, recomendamos a entidade, a melhoria da segurança, armazenamento de dados e desempenho na transmissão dos dados a inclusão/aquisição de um novo servidor, com maior capacidade e com HDs que desempenhem a função de 'espelho' para receber os dados caso ocorra algum problema e em conjunto com equipamentos e tecnologias.

Recomendamos também, a necessidade de aquisição de HDs externos para realizar o backup das informações referente aos trabalhos desenvolvidos com os agricultores fora das unidades administrativas da entidade.

VI.2 – DOS COMENTÁRIOS E OCORRÊNCIAS DO PERÍODO AUDITADO

Dando cumprimento nos trabalhos de auditoria, foram efetuados testes tradicionais de auditoria e encontramos novos comentários pela auditoria.

VI.2.1 – Dos aspectos relacionados ao cumprimento estatutário no que tange às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Cumprindo programa de auditoria das demonstrações do ano de 2019, foram analisados os aspectos relacionados com o cumprimento estatutário sobre a realização das reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, bem como sobre a necessidade da realização de Assembleia Geral para aprovação do Relatório de Atividades e das contas da diretoria. Assim, não foi observada inconsistência relevante como segue.

ESTRUTURA CNPJ - MATRIZ

Ord.	CNPJ	Razão Social	Nome Fantásia	Endereço	Data de abertura	Atividade Principal	Natureza Jurídica	Tipo	Situação
1	03.721.311/0001-38	CENTRO DE ESTUDOS DA CULTURA E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA-RIOTERRA	RIOTERRA	Rua Padre Chiquinho nº 1.651. São João Bosco Porto Velho - RO. CEP: 76803-786	30/11/1999	94.30-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais	399-9 - Associação Privada.	Matriz	Ativa

Fonte: Consulta realizada em 21/05/2020 às 13:36:51 no site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp

ANÁLISE DAS ATAS DO CONSELHO FISCAL		
<p>Assembleia Geral Ordinária em 13/04/2019 às 18:30</p>	<p>No dia 13 de abril de 2019, reuniram-se para realização de Assembleia Geral Ordinária da entidade os membros do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA. A convocação para Assembleia se deu através de edital publicado em jornal de ampla circulação no dia 29 de março de 2019, ligação direta aos associados e por carta afixada em local próprio na sede do Centro. Os membros deliberaram sobre a seguinte pauta: eleição e posse de diretoria; e discutir e homologar contas apreciadas pelo Conselho Fiscal referentes ao ano de 2018.</p> <p>1) Com relação a eleição de nova diretoria, apenas uma chapa foi apresentada, eleita por aclamação para o período de abril de 2019 à abril de 2022, com a seguinte composição:</p> <p>CONSELHO DIRETOR, Presidente - Telva Barbosa Gomes Maltezo Vice-Presidente - Fabiana Barbosa Gomes Tesoureira - Tetcha Sotomayor Gomes Secretária - Iara Magalhães Barberena</p> <p>CONSELHO FISCAL, Presidente - Frederico de Souza Bastos Primeira Conselheira - Sheila Noe da Silva Moreria Segundo Conselheiro - Luiz Felipe Pereira Ulchôa Almeida</p> <p>2) Em seguida foi iniciada a segunda pauta, relativa a prestação de contas do ano de 2018. Esta foi realizada pelo Sr. Frederico Bastos, que apresentou os relatórios financeiros institucionais bem como os demonstrativos relativos as contas referentes a cada projeto em execução e os pareceres do Conselho Fiscal. Foram apresentadas as informações financeiras sobre todos os projetos institucionais. Após todas as dúvidas e esclarecimentos serem realizados, a prestação de contas foi aprovada por unanimidade pelos presentes.</p>	<p>Assembleia Geral Ordinária foi registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas de Porto Velho. PROTOCOLO : Nº 0136682 REGISTRO: Nº 0005232 AVERBAÇÃO: Nº 24 LIVRO: A-627 FLS 014 A 016 dia 29/04/2019.</p>

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho de 2019, procuramos abranger todos os dispositivos do Estatuto da Entidade e das normas legais aplicáveis à mesma e que tenham ou possam ter reflexos patrimoniais. Assim, procedemos com apreciação dos controles financeiro, patrimonial e de pessoal, bem como efetuamos análise das principais peças contábeis disponibilizadas pela RIOTERRA: Balancetes Mensais e Consolidado, Razões, Relatórios, Demonstrativos e demais informações relevantes, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e ainda os aspectos organizacionais e de controle interno.

De todo o exposto, cabe ressaltar que a entidade está bem estruturada, com os departamentos bem definidos, procurando implementar as rotinas e normas que exigem a boa prática de gestão, principalmente no que tange a atividade da organização e sua região de localização.

Finalmente, gostaríamos de agradecer pela oportunidade em prestar nossos trabalhos especializados, ficando na expectativa de que as contribuições aqui levantadas possam efetivamente oferecer melhorias em seu processo de gestão.

É o relatório.

Aparecida de Goiânia-GO, 05 de junho de 2020.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-GO Nº. 000.757/O-6
CNPJ 26.678.045/0001-03 – CVM 6971

Thiago Silva Marinho
Sócio, CRC-GO-0014432/O-5



+55 62 3280 3011
www.dcaauditores.com.br

Atuando no mercado brasileiro
o maior
de **30** Anos
"Qualidade e Segurança no que faz"

Relatório DCA /3.2042-20/AUD/REL
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia -
RIOTERRA
Período: janeiro a dezembro de 2019
Página 62 de 73

VIII – ANEXO

VIII.1 – Anexo I – Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do período findo em 31/12/2019



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

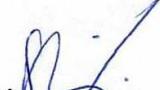
ATIVO

(Valores em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE		
Caixa sem restrição		3.526,62
Bancos conta movimento com restrição	1,00	8.188,07
Aplicações financeiras com restrição	1.959.722,34	127.233,88
Aplicações financeiras sem restrição	205.564,94	1.135.600,12
Impostos à Recuperar	1.122,61	5.238,86
Adiantamentos à Fornecedores	110,06	110,06
Contas à Receber	81.250,45	52.364,66
	<u>2.247.771,40</u>	<u>1.332.262,27</u>
 NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO	 2.986.200,05	
Edifícios e Construções sem restrição	994.386,26	697.872,77
Equip. Máquinas e Equipamentos sem restrição	611.006,82	846.769,55
Veículos sem restrição	813.287,82	1.999.351,09
Móveis e utensílios sem restrição	45.603,59	87.017,18
Equip. de Processamento de dados sem restrição	258.864,59	205.222,19
Depreciação acumulada	(1.808.619,75)	(1.525.132,41)
Software sem restrição	54.558,93	41.586,88
Amortização acumulada	(41.586,88)	(41.586,88)
Equip. Máq. Equip. com restrição	305.552,64	
Veículos com restrição	1.479.165,09	
Móveis e utensílios com restrição	30.134,03	
Equip. Proc. Dados com restrição	<u>23.846,91</u>	<u>2.311.100,37</u>
Terrenos sem restrição	220.000,00	
TOTAL DO ATIVO	<u>5.233.971,45</u>	<u>3.643.362,64</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2019.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Élio Bandeira
Tec. Cont. CRC-RO 562/O-4



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE
2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO + PL

(Valores em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTE		
Impostos e Contribuições	15.157,05	93.933,75
Ordenados e Salários a Pagar	-	0,74
Empréstimos à pagar projetos	50.623,39	50.365,10
Recursos de convênios à aplicar	1.843.286,09	740.319,24
Rendimentos de Aplic. Financeiras		
	<u>1.909.066,53</u>	<u>884.618,83</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ajustes por avaliação patrimonial	530.559,08	
Superávit (déficit) líquido do exercício	(180.825,18)	1.216.926,84
Patrimônio Social	1.335.242,22	1.664.025,94
Superávits Acumulados	1.639.928,80	
	<u>3.324.904,92</u>	<u>2.880.952,78</u>
TOTAL DO PASSIVO + PL	<u>5.233.971,45</u>	<u>3.765.571,61</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2019.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Élio Bandeira
Téc.Cont. CRC 562/O-4-RO



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

**DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS (DÉFICITS) DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018**

RECEITAS	2019	2018
PETROBRAS COM RESTRIÇÃO	1.138.950,10	406.300,82
BNDES P. QUINTAIS AMAZONICOS COM RESTRIÇÃO		617.059,45
PROJETO MISEREOR COM RESTRIÇÃO	237.286,75	267.296,70
BNDES P. PLANTAR COM RESTRIÇÃO	4.150.385,09	4.611.726,43
DOAÇÕES RECEBIDAS PF SEM RESTRIÇÃO	250,99	213,97
DOAÇÕES RECEBIDAS PJ SEM RESTRIÇÃO	645.546,20	
SERVIÇOS RECEBIDOS DE PJ SEM RESTRIÇÃO	466.683,75	493.049,12
RENDIMENTOS DE APL. FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO	1.179.943,07	106.678,43
DESCONTOS OBTIDOS SEM RESTRIÇÃO		172,41
GANHOS NA VENDA DE BENS SEM RESTRIÇÃO		31.451,10
TOTAL DAS RECEITAS	7.819.045,95	6.533.948,43

DESPESAS	2019	2018
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	587.288,07	1.337.689,83
DESPESAS COM PESSOAL	1.110.663,18	1.114.555,32
DESPESA COM DESLOCAMENTOS	92.794,05	
ENCARGOS SOCIAIS	216.251,06	428.769,80
UTILIDADES E SERVIÇOS	26.777,50	182.610,92
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	32.630,61	51.840,50
DESPESAS FINANCEIRAS	15.041,27	20.726,63
ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	14.774,94	
LOGÍSTICA	379.208,32	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	280.208,03	
INSUMOS	748.211,79	
OBRAS CIVIS E INSTALAÇÕES	67.746,32	
SERVIÇO DE APOIO	401.071,83	
SERVIÇO TERCEIRIZADOS	19.135,84	
EQUIPAMENTOS TÉCNICOS E INSTALAÇÕES	34.559,76	
CONSULTORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	50.745,31	
CAPACITAÇÃO SEMINARIOS	79.885,82	
COMUNICAÇÃO	105.142,73	
INVESTIMENTOS	6.651,20	
ATIVIDADES DOS PROJETOS	15.543,19	
PROJECT ADIMINISTRATION	22.838,86	
DEVOLUÇÃO DE RECURSO	1.545.065,75	
RECURSOS HUMANOS	2.139.854,84	
TOTAL DAS DESPESAS	7.992.090,27	3.136.193,00
DEFICIT DO EXERCÍCIO	-173.044,32	

Porto Velho 31/12/2019



TELVA BARBOSA GOMES MALTEZO

Diretor(a)

CPF: 634.533.472-34

RG: 000542548/RO SSP RO



JOSE ELIO BANDEIRA

Técnico em Contabilidade

CRC/RO 562/0-4

CPF: 103.079.622-91



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores em reais)

	<u>Superávits Acumulados</u>	<u>Superávit (Déficit) líquido do Exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.883.196,40		2.883.196,40
Ajuste de Avaliação Patrimonial	530.559,08	-	530.559,08
Ajustes credores	84.193,76		84.193,76
Déficit do Exercício	<u>(173.044,32)</u>	<u>173.044,32</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>3.324.904,92</u>		<u>3.324.904,92</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2019.


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente

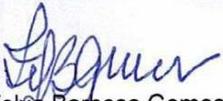

José Élio Bandeira
Téc.Cont. CRC 562/O-4-RO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores em Reais)

	2019	2018
1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) líquido do exercício	(173.044,32)	1.216.926,84
Depreciação do exercício	283.487,34	647.293,67
Superávit (déficit) líquido do exercício ajustado	<u>110.443,02</u>	<u>1.864.220,51</u>
Variações no ativo		
Impostos a Recuperar	4.116,25	(4.843,61)
Contas a receber	-	(1.000,00)
Empréstimos a Receber Projetos	(28.885,79)	(49.990,00)
Adiantamentos a Fornecedores	-	110,06
	<u>(24.769,54)</u>	<u>(55.723,55)</u>
Variações no passivo		
Impostos e Contribuições	(78.776,70)	65.705,61
Ordenados e Salários a Pagar	(0,74)	(79.086,61)
Empréstimos a Pagar Projetos	258,29	49.990,00
Recursos de convênios a aplicar	1.102.966,85	(189.754,64)
	<u>1.024.447,70</u>	<u>(153.145,64)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	1.110.121,18	1.655.351,32
2 - FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	344.155,45	(1.855.358,98)
Baixas de ativo imobilizado		131.850,00
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>344.155,45</u>	<u>(1.723.508,98)</u>
3 - FLUXO DE CAIXA DE FINANCIAMENTOS		
Ajuste do Exercício	(563.537,04)	(20.623,98)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	890.739,59	(88.781,64)
Aumento (redução) do fluxo de caixa e equivalentes		
Saldo no início do exercício	1.274.548,69	1.363.330,33
Saldo no final do exercício	2.165.288,28	1.274.548,69
Aumento (redução) do fluxo de caixa e equivalentes de caixa	<u>890.739,59</u>	<u>(88.781,64)</u>

Porto Velho, 31 de Dezembro de 2019


Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente


José Élio Bandeira
Tec. Cont. CRC 562/0-4-RO



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

NOTA EXPLICATIVA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2019 E 31/12/2018 EM (R\$)

Nota No. 1 – O Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, constituída sob a forma de Associação, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de âmbito nacional. Tem sede na cidade de Porto Velho (RO), à Rua Padre Chiquinho, 1651, Bairro São João Bosco. Que tem como missão defender a identidade amazônica, valorizar a cultura e o uso sustentável do meio ambiente e contribuir para uma sociedade justa, democrática e participativa. Pautamos nossas ações pelos princípios do humanismo, uso equilibrado do meio ambiente, transparência, respeito às diferenças e a natureza. Tendo por finalidade estatutária:

- Trabalhar para juntamente com órgãos governamentais e não governamentais para definir princípios fundamentais para elaboração e implementação de políticas públicas culturais, sociais, econômicas e/ou ambientais para a Amazônia;
- Promover cursos de formação especializada e extensão em todos os níveis e áreas educacionais sociais, culturais, econômicas e ambientais;
- Promover pesquisas independentes ou em parceria com Universidades Públicas ou Privadas, Centros de Pesquisas Governamentais ou Não Governamentais, bem como promover ajuda a órgãos ligados ao meio ambiente;
- Promover palestras, seminários e oferecer apoio na organização de eventos ligados ao meio ambiente que não sejam promovidos por este Centro;
- Captar recursos públicos e/ou privados para realização de seus programas e projetos;;
- Promover intercâmbio entre instituições similares;
- Preservar o meio ambiente, valorizar o patrimônio cultural e buscar alternativas de desenvolvimento ecologicamente sustentado;
- Selecionar, treinar e acompanhar equipes para execução de Projetos de Trabalhos que cumpram os objetivos da entidade;
- Defender, preservar e conservar o meio ambiente visando a promoção do desenvolvimento sustentável e a valorização e fortalecimento cultural e econômico dos indígenas, agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais da Amazônia;
- Desenvolver e/ou apoiar estudos, pesquisas, tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas

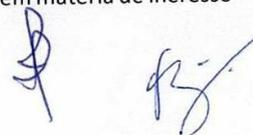




Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

neste estatuto;

- Promover e/ou apoiar ações que visem a pesquisa, desenvolvimento sócio econômico e ambiental, recuperação e proteção das áreas institucionalmente protegidas, como as terras indígenas, unidades de conservação, quilombos e outras áreas de preservação;
- Elaborar e executar programas, projetos, consultorias e assessorias em áreas protegidas (terras indígenas, quilombos e unidades de conservação), sobre questões educacionais, ambientais, sociais, culturais e econômicas visando inserção social, desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida destes povos e comunidades;
- Realizar e divulgar pesquisas científicas, estudos de impactos ambientais, avaliações ecológicas rápidas, planos de manejo de uso múltiplo e diagnósticos ambientais, culturais, sociais e econômicos;
- Produzir, editar, revisar, publicar materiais de caráter técnico, científico, educacional, social, ambiental, cultural e econômico em formato impresso e/ou digital;
- Atuar como instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) a fim de desenvolver a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;
- Estimular e/ou a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo entidades governamentais, empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia nas áreas mencionadas neste estatuto;
- Integrar e/ou estimular atuações em rede, em âmbito regional, nacional e internacional para o desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas tecnológicas, ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive Incubadoras e Parques Tecnológicos, formação e capacitação de recursos humanos;
- Prestar às instituições públicas e/ou privadas serviços técnicos especializados, assessoria e/ou consultorias compatíveis com os objetivos deste estatuto, nas atividades voltadas à inovação, desenvolvimento regional e/ou à pesquisa científica educacional, social, econômica e ambiental, bem como tecnológica no ambiente produtivo;
- Celebrar acordos, em todas as modalidades jurídicas existentes, com instituições públicas e/ou privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científicas e tecnológicas e também de desenvolvimento de tecnologias, produtos, serviços ou processos;
- Realizar acordos, contratos, projetos e pesquisa, inclusive que envolvam transferência, cessão, empréstimo de recursos junto a órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse





Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

público, bem com entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas isoladamente e/ou consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo;

- Promover atividade de assistência técnica e extensão rural – ATER e do desenvolvimento rural sustentável e apoiar as políticas e programas nacionais de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar e ecentados da reforma agrária.

Nota No. 2 – As Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2019 foram registradas em moeda corrente nacional, em unidade de reais, e foram elaboradas consoantes às praticas contábeis emanadas da lei 6.404/76 (reformulada pela Lei 11.638/07), e alterações posteriores, bem como em conformidade com as normas contábeis vigentes, em especial a resolução CFC n. 877/2000, que aprovou a NBC T-10-19, norma específica para as instituições de caráter social, sem fins lucrativos, sendo que à adoção integral NBC/TG nº 2002 (R1), aprovada pela resolução CFC nº 1409 a partir do exercício de 2013.

Nota No. 3 – Os custos, as despesas e as receitas da Instituição foram apropriados em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto que os que irão vencer após o termino do exercício seguinte foram classificados no Longo Prazo.

Nota No. 4 – Todos os direitos e obrigações da Entidade estão representados por seus valores reais, devidamente atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Nota No. 5 – As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, em obediência ao regime de competência dos exercícios e aplicados integralmente nas atividades fins;

Nota No. 6 – Os Ativos Imobilizados estão apresentados pelo custo de aquisição, e corrigidos até 31/12/2019 e apresentou variação positiva líquida no exercício de 2019 no valor de R\$ 552.890,71, composto pelas aquisições no valor de R\$ 836.378,05 depreciação no valor de R\$ 283.487,34.





Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL SEM RESTRIÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	AQUISIÇÃO 2019	AVALIAÇÃO 2019	SALDO 31/12/2019
17	EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	697.872,77		296.513,49	994.386,26
18	EQUIP. MAQ. E INSTALAÇÕES	569.500,85	37.400,00	4.105,97	611.006,82
19	VEÍCULOS	520.186,00		293.101,82	813.287,82
20	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	77.018,18		- 31.414,59	45.603,59
302	SOFTWARE	41.586,88		12.972,05	54.558,93
745	TERRENOS		220.000,00		220.000,00
111	SOMA	1.906.164,68	257.400,00	575.278,74	2.738.843,42

DEPRECIÇÃO DE BENS S/ RESTRIÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO 31/12/2018	DEPREC. 2019	BAIXA ATIVO IMOB.	SALDO 31/12/2019
22	EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES	- 193.332,04	17.750,34		- 211.082,38
23	EQUIP. MAQ. INSTALAÇÕES	- 349.990,39	50.472,44		- 400.462,83
24	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	- 36.609,69	5.651,83		- 42.261,52
25	VEÍCULOS	- 812.448,15	190.447,16		- 1.002.895,31
112	EQUIP. PROC. DE DADOS	- 132.752,14	19.165,57		- 151.917,71
303	SOFTWARE	- 41.586,88			- 41.586,88
	SOMA	- 1.566.719,29	283.487,34		- 1.850.206,63

MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL COM RESTRIÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	AQUISIÇÃO 2019	AVALIAÇÃO 2019	SALDO EM 31/12/2019
111	EQUIP. PROC. DADOS	327.431,16		- 44.719,66	282.711,50
740	EQUIP. MAQ. E INSTALAÇÕES	277.268,70	28.283,94		305.552,64
741	VEÍCULOS	1.479.165,09			1.479.165,09
742	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	9.999,00	20.135,03		30.134,03
	SOMA	2.093.863,95	48.418,97	- 44.719,66	2.097.563,26

(Handwritten signatures)



Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

As depreciações foram registradas pelo método linear, utilizando-se dos percentuais aceitos fiscalmente.

Nota No. 7 – O Teste de Recuperabilidade dos ativos (*impairment*) – Realizamos o teste de *impairment*, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.292/10, a administração da Entidade, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução levando em conta os principais indicadores de desvalorização, tais como: uma redução sensível, além do esperado, no valor de mercado do ativo; o valor contábil do ativo líquido é maior que o valor justo estimado; obsolescência ou dano físico de ativo; mudanças significativas que afetam o ativo; informações internas da RIO TERRA que espelhem desempenho econômico pior que o esperado.

Nota No. 8 – A Instituição não possui nenhuma Estimativa para Créditos de Liquidação duvidosa.

Nota No. 9 – A Entidade não possui passivos onerosos, até a data de encerramento das demonstrações Financeiras.

Nota No. 11 – A Instituição possui saldo de recursos sujeitos a restrição ou vinculações por parte dos doadores no valor de R\$ 1.843.286,09.

Nota No. 12 – Na apuração das receitas da entidade foi adotado o critério de apuração pelo regime de competência.

Nota No. 13 – Receitas. No exercício de 2019 a entidade obteve o montante de R\$ 7.819.045,95 de receitas.

Nota No. 14 – Despesas. Realizadas e comprovadas conforme documentação hábil, tendo todo o valor gasto de
R\$ 7.992.090,27

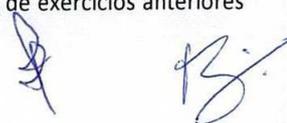
Tomando-se as receitas totais mencionadas na Nota 13 e deduzindo-se dos custos totais desta nota 14, originou o seguinte resultado em 2018:

APURAÇÃO DO RESULTADO VALORES EM R\$	
Total Receitas	R\$ 7.819.045,95
Total Custo/Despesas	R\$ 7.992.090,27
Déficit do Exercício	R\$ 173.044,32

Nota No. 16 – As Doações e Contribuições recebidas foram realizadas por Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas perfazendo o valor total de R\$ 645.797,19.

Nota No. 17 - Todos os recursos da entidade foram aplicados na manutenção de suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

Nota No. 18 – De acordo com os registros contábeis, ocorreram ajustes credores de exercícios anteriores no valor de 84.193,76.





Rua Padre Chiquinho, 1651 - B. São João Bosco
Porto Velho - Rondônia - Brasil
CEP: 76803-786 - Fone: (69) 3223-6191
rioterra@rioterra.org.br - www.rioterra.org.br
CNPJ: 03.721.311/0001-38

Nota No. 19 – Patrimônio Social: Findo o exercício de 2019, o Patrimônio Social apresentou um Aumento líquido no valor de R\$ 441.708,52, composto pelo aumento do saldo de ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 530.559,08 deduzido o déficit do exercício no valor de R\$ 173.044,32 e mais ajustes credores de exercícios anteriores no valor de 84.193,76, consolidando o Patrimônio Líquido em 31.12.2019 em R\$ 3.324.904,92.

Nota No. 20 – Provisões Ativas e Passivas: Este assunto é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC Nº. 25 e foi normatizado pela Resolução do CFC nº. 1.180 de 04 de agosto de 2009 (NBC T 19.7), para aplicação a partir de 01 de janeiro de 2010 (art. 2º). Seção 21 da NBC T 19.41. O objetivo desta norma é estabelecer que fossem aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Informamos que a entidade não tem nenhum processo ou ação na justiça em andamento.

Era o que tínhamos a informar e esclarecer em adendo as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2019.

Proto Velho - RO, 31 de Dezembro de 2019.



Telva Barbosa Gomes
Diretora-Presidente



José Elio Bandeira
Técnico em Contabilidade
CRC/RO 562/O-4